

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL:
AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2018 E
PROJEÇÃO PARA 2019

Águas Lindas de Goiás
Janeiro de 2019

SECRETARIA MUNICIPAL FAZENDA E PLANEJAMENTO
SÉRGIO LUIZ LIMA ALVES DE OLIVEIRA - SECRETÁRIO

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E ESTATÍSTICA
RAFAEL DA SILVA DOURADO - DIRETOR

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
WENDY SILVA DE ANDRADE - DIRETORA

Contato:

algo.sefap@gmail.com
suprin.smfplan@gmail.com

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. FINANÇAS MUNICIPAIS	5
3. RECEITAS	12
4. DESPESAS	16
5. ESTIMATIVA DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE E GASTO COM PESSOAL	45
6. CONCLUSÃO	46

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo analisar o exercício financeiro de 2018. Tal análise consiste na avaliação da execução fiscal, à partir da comparação entre as receitas e despesas previstas e as realizadas.

Das receitas, serão exibidos comparativos da previsão anual posta por meio do Cronograma de Desembolso Financeiro (CDF), frente ao que foi executado respectivamente. Das despesas, serão exibidos os recursos previstos frente ao que foi executado de acordo com o CDF, elaborado de forma detalhada por gestão, a saber: Saúde (Fundo Municipal de Saúde - FMS); Educação (Fundo Municipal de Educação - FME; Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB); Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS); e Prefeitura (Gestão 03).

Assim pretende-se fazer as devidas projeções para o presente ano, a partir das análises dos exercícios anteriores.

Tais ações tem por princípio a busca pelo controle e equilíbrio fiscal, a fim de cumprir com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e promover o desenvolvimento do município de Águas Lindas, a partir da manutenção da saúde fiscal.

Em decorrência da crise financeira que atinge o país e o estado de Goiás, em grande medida, as consequências da Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016, conhecida como PEC dos Gastos Públicos, as transferências recebidas da União e do estado sofreram quedas nesses últimos anos. Dessa forma, torna-se cada vez mais fundamental realizar esses estudos e analisar os cenários políticos e econômicos que perpassam o município aguaslindense.

É importante destacar que as informações que subsidiaram a elaboração do presente relatório foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão - PRODATA, na primeira semana do mês de janeiro de 2019, quando os lançamentos contábeis referentes ao mês de dezembro ainda não tinham sido totalmente concluídos.

Por esse motivo, não foi possível analisar a composição e evolução das receitas vinculadas. Ademais, os saldos financeiros indicados na análise dos restos a pagar poderão sofrer variação, assim como os próprios restos a pagar.

Dessa forma, esse relatório pretende trazer uma visão preliminar sobre a gestão orçamentária e financeira do exercício de 2018, sendo aconselhável ser revisto após o fechamento contábil do mês de dezembro de 2018.

2. FINANÇAS MUNICIPAIS

As finanças públicas referem-se os ingressos e despesas realizadas pelo setor público num dado período. Nesse contexto, contabilmente, as receitas são agrupadas em dois grandes grupos, a saber: receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes são compostas pelos ingressos correntes, ou seja, aqueles que ocorrem com regularidade e são destinados a manutenção das despesas correntes, a saber, o gasto com pessoal e demais despesas de custeio. As receitas de capital são os ingressos destinados à realização das despesas de capital, as quais são compostas pelos investimentos e pagamento da dívida pública.

Como é possível verificar através do Gráfico 1, comparando os dados da última década (2007 a 2008), em termos nominais, as receitas correntes cresceram 234% e as despesas correntes 251%. Todavia, em termos reais, ou seja, descontando a inflação, esses números caem para 19% e 25%, respectivamente. Destaca-se que, quanto maior o saldo entre receitas correntes e despesas correntes, maior será a capacidade de o poder público realizar investimentos.

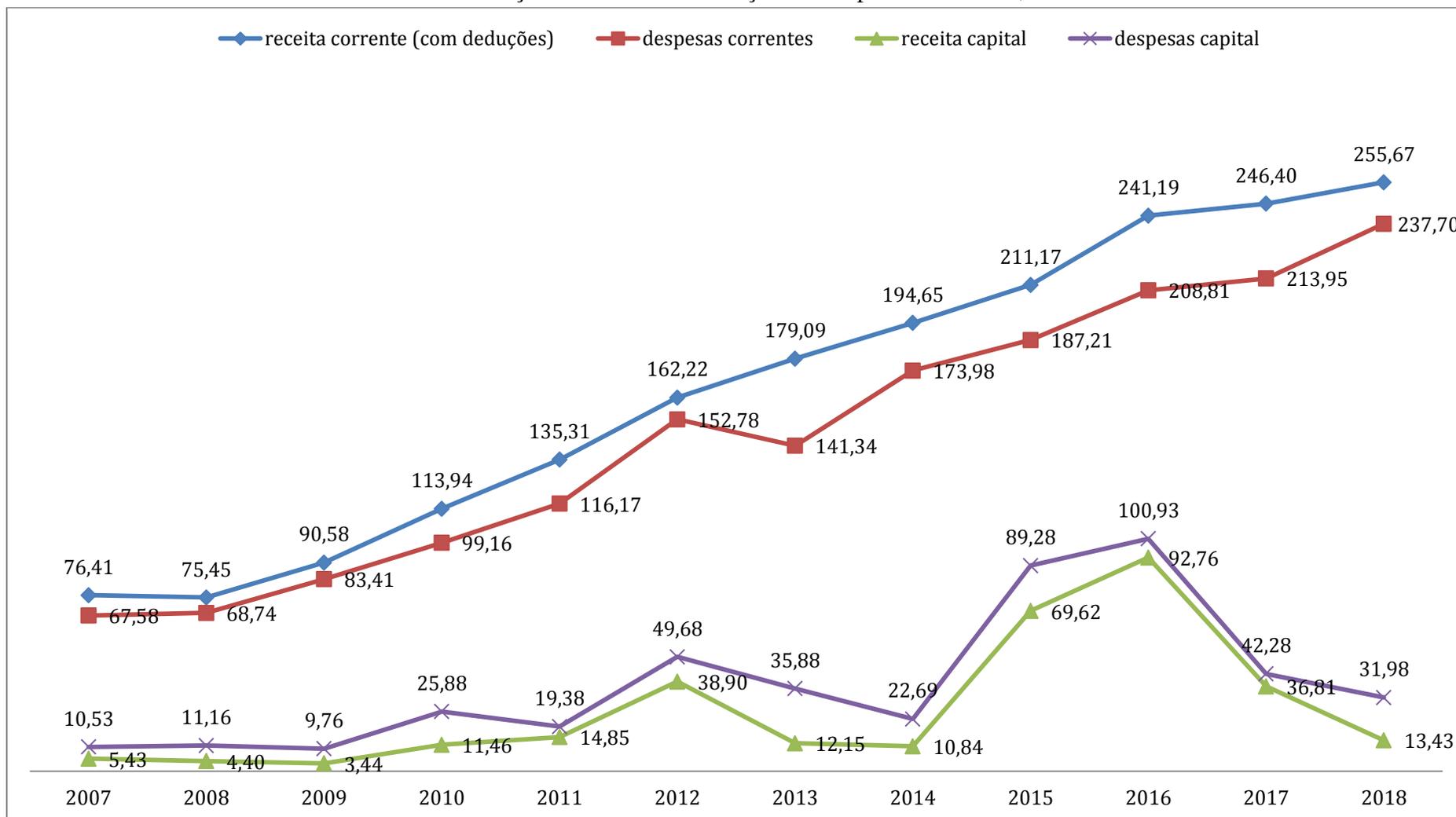
Nesse aspecto, verifica-se que as despesas correntes no período de 2009 a 2012 registrou uma média de 90% das receitas correntes. No período de 2013 a 2017, essa proporção caiu para 88% das receitas correntes. Em grande medida, o aumento do saldo na receita corrente se deu em virtude da rigor do Governo do prefeito Hildo do Candango no pagamento dos proventos da folha, principalmente junto ao FUMPREVAL. Dessa forma, como os gastos do FUMPREVAL encontram-se muito abaixo dos recebimentos, gera-se um excedente que contribui para esse aumento geral no saldo entre receita e despesa corrente.

No que se refere ao crescimento as receitas correntes, é importante destacar que essas receitas cresceram, no período de 2009 a 2012, em média, 21,12% ao ano (em termos nominais) ou 13,11% a.a. (descontando a inflação – ano base 2007). Como consequência da retração da economia, a média de variação da receita corrente, entre 2013 e 2018, foi de 7,95% a.a. (em termos nominais) ou -23,39 a.a. (descontando a inflação – ano base 2007). Considerando apenas os últimos dois anos, em termos nominais a receita corrente apresentou crescimento na ordem de 5,92%; todavia, em termos reais, houve retração de 5,55%, descontado a inflação acumulada entre 2017 e 2018.

Em relação às despesas correntes, entre 2009 e 2012, o crescimento médio anual foi de 22,22%, em termos nominais, ou 14,13% em valores reais – ano base 2007. No período de 2013 a 2018, por sua vez, em termos nominais, o crescimento médio anual foi de 8,05%; no entanto, descontando a inflação do período (com ano base 2007), houve retração média anual na ordem de 4,69% a.a.



Gráfico 1. Evolução Nominal das Finanças Municipais – Em R\$ 1,00 milhão.



Elaboração própria a partir do dados do FINBRA (STN) e do Sistema Integrado de Gestão PRODATA.

Gráfico 2. Evolução Real das Finanças Municipais – Em R\$ 1,00 milhão (Ano Base 2007).

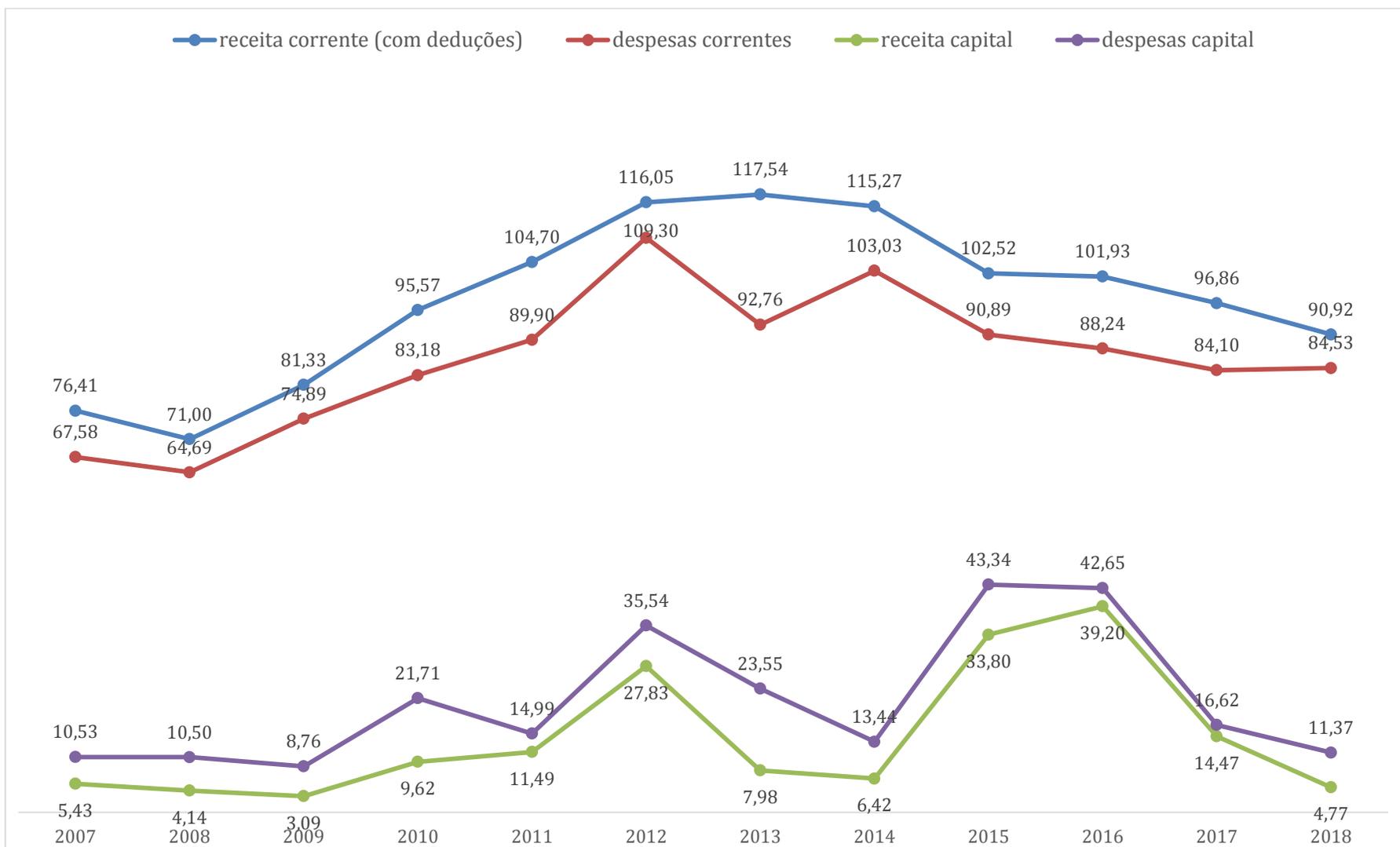


Gráfico 3. Variação das Receitas e Despesas Correntes (Valor Real - Ano Base 2007).

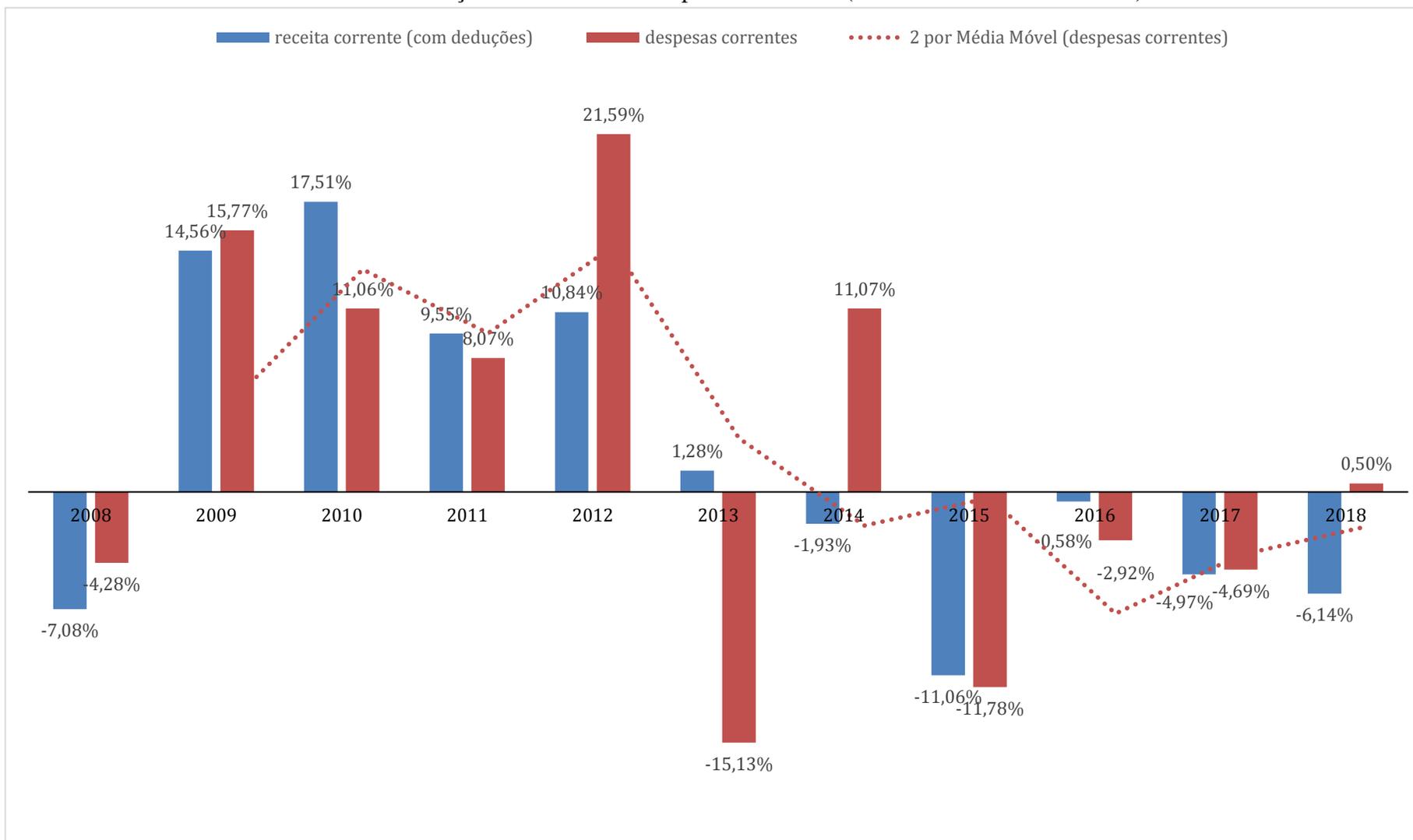


Gráfico 4. Comparativo da Evolução – Receita Nominal, Receita Real (Ano Base 2012) e IPCA.

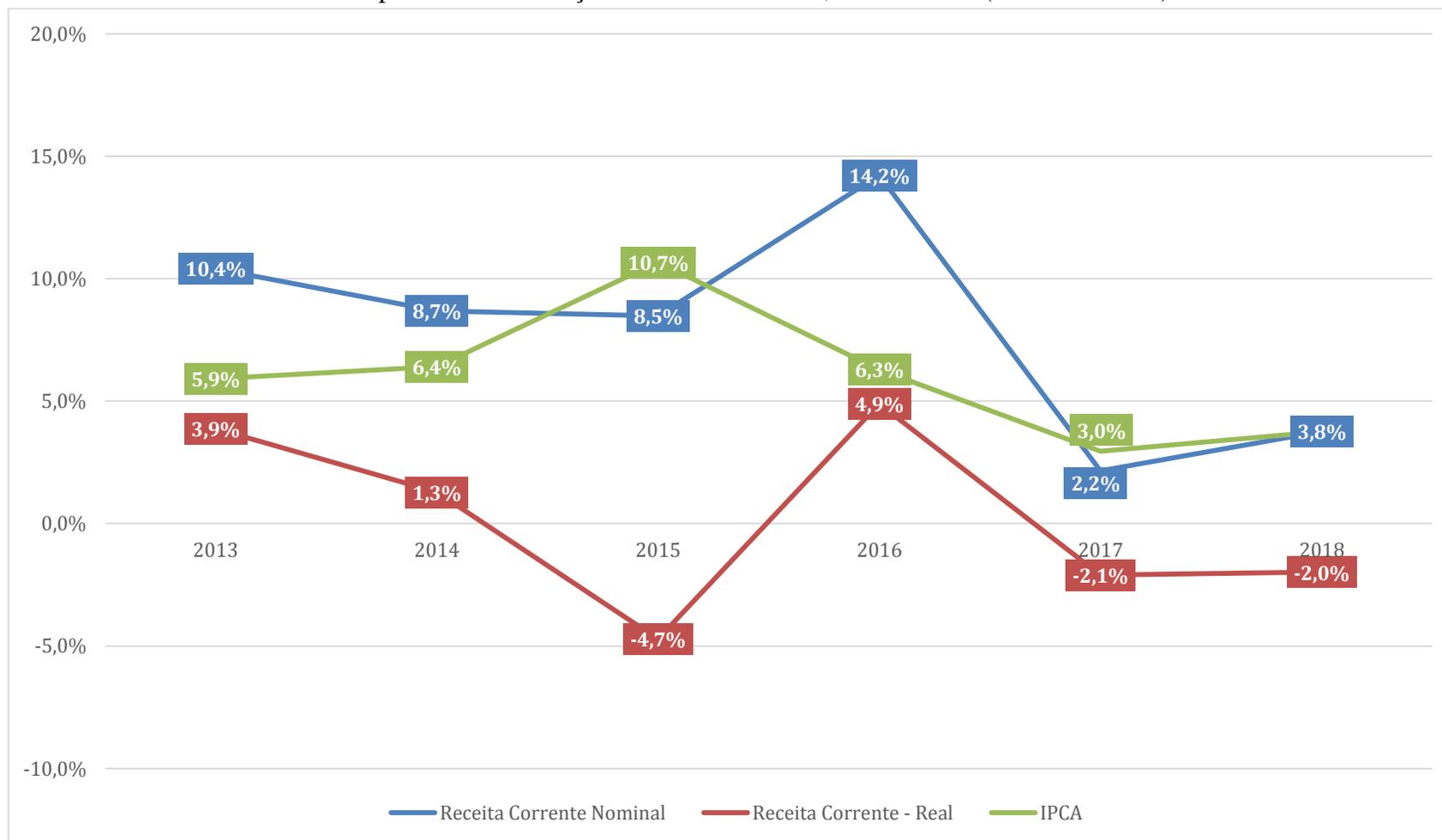




Gráfico 5. Evolução Nominal das Despesas Municipais – Em R\$ 1,00 milhão.

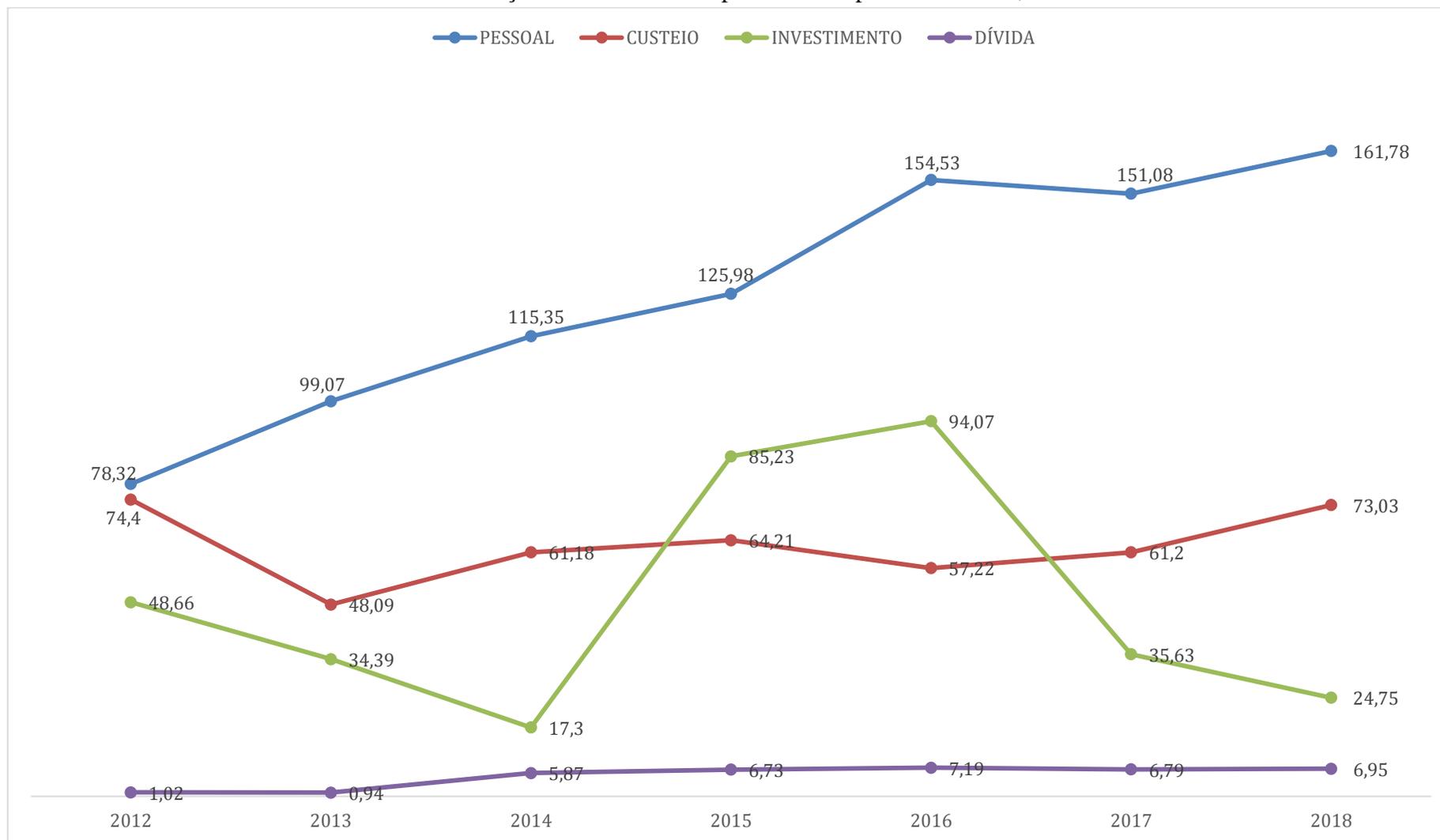
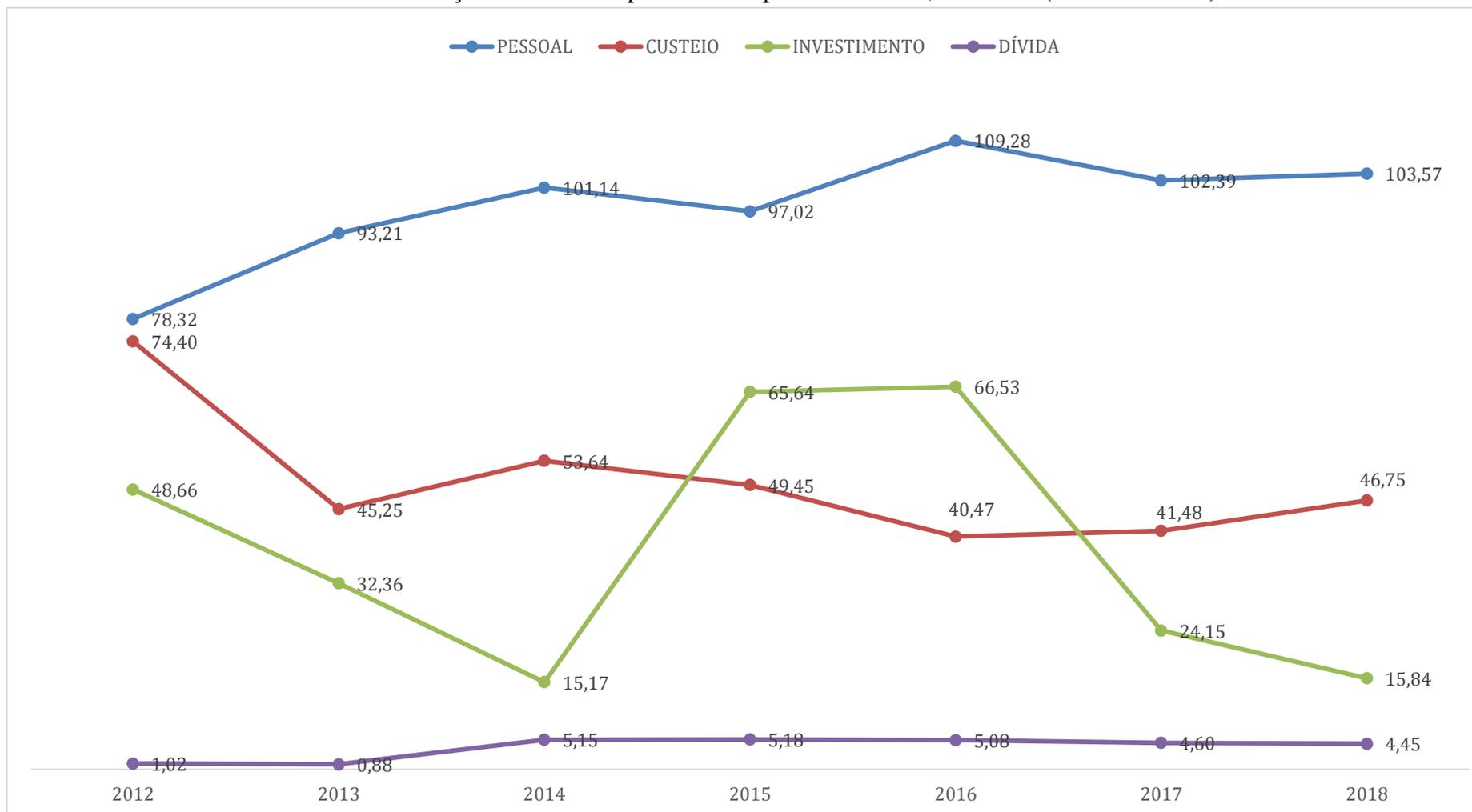


Gráfico 6. Evolução Real das Despesas Municipais – Em R\$ 1,00 milhão (Ano Base 2012).



3. RECEITAS

A palavra receita vem do latim *recepta* que significa coisas recebidas (FERREIRA, 2010). Receita pública pode ser entendida como o “conjunto de recursos que o poder público prevê arrecadar para custear as despesas que pretende e necessita realizar” (CIDADE, 2009).

Compõem a receita municipal os recursos resultantes dos tributos municipais (impostos, taxas e contribuições) e preços (por exemplo, tarifas e pedágio) derivados da utilização de bens ou serviços públicos. Além disso, compõe as receitas municipais:

Os “(...) ingressos que o município recebe em caráter permanente, como a sua participação nas transferências constitucionais estaduais e federais (ICMS, FPM), ou eventuais, como os advindos de financiamentos, empréstimos, subvenções, auxílios e doações de outras entidades ou pessoas físicas” (CNM, 2008).

Os ingressos podem ser: ingressos extraorçamentários ou receitas orçamentárias. Os ingressos extraorçamentários compreendem apenas as entradas compensatórias, são recursos temporários e não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse caso, o município é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Exemplos: depósitos em caução, fianças, emissão de moeda e outras entradas compensatórias.

As receitas orçamentárias, por sua vez, representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário. Portanto, as receitas orçamentárias pertencem ao Estado, integram o patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro e, via de regra, por força do princípio da universalidade, estão previstas na LOA.

Quanto à destinação de recursos, pode-se dizer que há destinações vinculadas e não vinculadas. Destinação vinculada: processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Cabe frisar que há ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica – e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados.

A destinação não vinculada (ou ordinária): é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.

A seguir, será analisado o ingresso dos recursos orçamentários ordinários, de livre aplicação, e posteriormente os recursos vinculados.

3.1. Receitas Ordinárias - Livre Aplicação

As receitas ordinárias, ou seja, aquelas de livre aplicação são compostas pelas receitas tributárias, alguns recursos oriundos de transferências correntes, receitas patrimoniais, dentre outras. A avaliação das receitas arrecadadas considerará como parâmetro a previsão estabelecida pelo Cronograma Mensal de Desembolso e a arrecadação dos exercícios anteriores.

3.2. Receitas Previstas *versus* Arrecadadas

No CDF referente ao ano de 2018, a previsão dos recursos livres líquidos somou um total de R\$ 125,11 milhões¹, a receita arrecadada efetivamente superou em 5,6% o valor previsto, alcançando a cifra de R\$ 132,08 milhões.

Proporcionalmente e em termos absolutos, a receita com maior diferença positiva entre o valor previsto e o arrecadado foram as TAXAS, cuja proporção foi de mais de 100%, ou R\$ 4,34 milhões, a maior que o previsto. Essa disparidade se deu em virtude de a estimativa ter sido realizada de modo mais enxuto, não prevendo os acréscimos advindos da atualização do Código Tributário, o que proporcionou um ganho singular na arrecadação desse tributo. A segunda maior variação em termos absolutos foi a do FPM, cuja arrecadação superou em 3,14% (R\$ 4,7 milhões) o valor inicialmente previsto.

Tabela 1. Comparativo da Receita Prevista no CDF e a Arrecadada - Em R\$ 1,00 milhões.

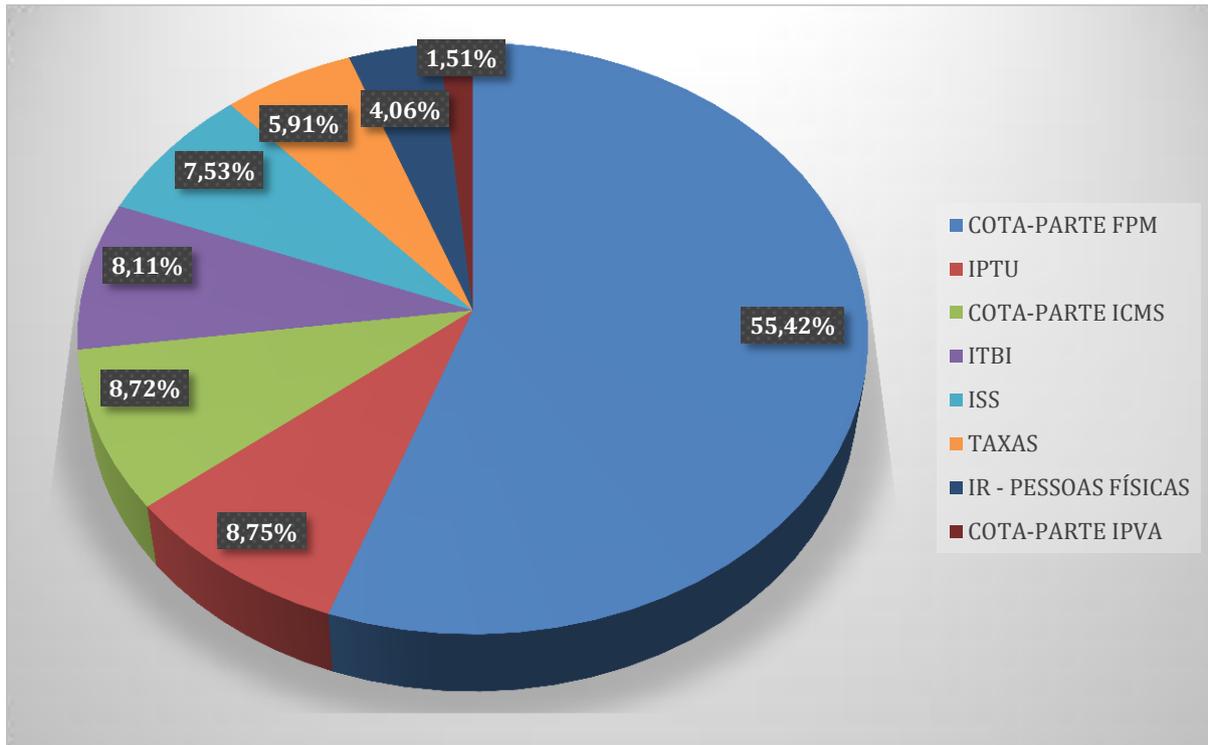
TÍTULOS	RECEITA PREVISTA NO CDF 2018	REC. ARRE	DIFERENÇA (EM R\$)	DIFERENÇA (EM %)
TOTAL RECURSOS LIVRES	125,12	132,08	6,96	5,6%
PRINCIPAIS RECEITAS COM DEDUÇÃO	107,17	115,26	8,99	7,3%
DEDUÇÃO DA RECEITA	-16,05	-16,96	-0,91	5,7%
COTA-PARTE FPM	67,37	70,51	3,14	4,7%
IPTU	11,22	12,11	0,90	8,0%
COTA-PARTE ICMS	12,36	12,07	-0,30	-2,4%
ITBI	11,21	11,22	0,02	0,1%
ISS	9,06	10,42	1,36	15,0%
TAXAS	3,83	8,18	4,34	113,3%
IR - PESSOAS FÍSICAS	6,25	5,62	-0,63	-10,1%
COTA-PARTE IPVA	1,92	2,09	0,17	8,6%

Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data - Comparativo de Receita Prevista com a Arrecadada por Período e Dados do CDF 2018.

Em termos de composição, o FPM representa 53,42% das receitas ordinárias, seguido pelo IPTU (8,75%), ICMS (8,72%), ITBI (8,11%) e ISS (7,53%), conforme o Gráfico X.

¹ Desse montante, R\$ 10 milhões representavam a estimativa do saldo financeiro do exercício anterior.

Gráfico 7. Composição das Receitas Ordinárias Arrecadadas em 2018.



Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data - Comparativo de Receita Prevista com a Arrecadada por Período.

3.3. Evolução das Receitas de Livre Aplicação

Considerando o período de 2013 a 2017, entre as receitas de livre aplicação, verifica-se que o maior crescimento, em termos proporcionais, se deu na arrecadação do IPTU, que registrou crescimento de 31,27% a.a., seguido do ITBI, com 31,12% a.a. Em termo nominais, a receita oriunda do FPM registrou crescimento de R\$ 3,73 milhões a.a., seguida pelo ITBI (R\$ 1,35 milhões a.a.) e IPTU (1,30 milhões a.a.).

Considerando, todavia, os números de 2018 comparativamente a 2017, verifica-se um maior crescimento da arrecadação do FPM do que a média registrada entre 2013 e 2017 – R\$ R\$ 4,68 milhões. A arrecadação nominal do IPTU também registrou crescimento em 2018 acima do valor registrado entre 2013 e 2017 – R\$ 2,77 milhões. Destaca-se a arrecadação oriunda de taxas. Em 2018, o crescimento foi de R\$ 3,15 milhões, representando um ganho de 57,19%, em relação à 2017.

A arrecadação do ISS registrou crescimento nominal considerável. Principalmente se descontado os valores derivados das retenções na fonte (ver Tabela 3).

Tabela 2. Evolução dos Principais Recursos Ordinários - Em R\$ 1,00 milhão.

TÍTULOS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	VAR. MED. 2013/2017 EM R\$ A.A.	VAR. MED. 2013/2017 EM % A.A.	VAR. 2018/2017 EM R\$	VAR. 2018/2017 EM %
COTA-PARTE FPM	57,09	60,99	64,18	74,53	72,02	76,7	3,73	6,54%	4,68	6,50%
TAXAS	3,10	4,18	5,16	4,46	5,52	8,67	0,60	19,44%	3,15	57,19%
IPTU	4,15	3,65	6,46	6,39	9,34	12,11	1,30	31,27%	2,77	29,66%
ISS	3,88	4,85	8,12	8,05	8,71	10,42	1,21	31,12%	1,71	19,63%
COTA-PARTE ICMS	6,34	7,86	8,96	9,9	11,19	12,07	1,21	19,12%	0,88	7,86%
ITBI	5,01	6,89	8,94	8,61	10,41	11,22	1,35	26,95%	0,81	7,78%
COTA-PARTE IPVA	0,93	1,05	1,34	2,02	2,03	2,09	0,28	29,57%	0,06	2,96%
IR - PESSOAS FÍSICAS (IRRF)	2,86	3,77	4,52	7,86	5,67	5,62	0,70	24,56%	-0,05	-0,88%
TOTAIS	83,4	93,2	107,7	121,8	124,9	138,9	10,4	23,57%	14,01	16,34%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data - Comparativo de Receita Prevista com a Arrecadada por Período.

Tabela 3. Evolução do ISS Retido na Fonte e ISS Arrecadação - Em R\$ 1,00 milhão.

ANO	ISS TOTAL	ISS RETIDO	DIFERENÇA	PROPORÇÃO
2013	3.876.795,38	72.163,23	3.804.632,15	1,86%
2014	4.849.302,81	616.270,18	4.233.032,63	12,71%
2015	8.116.731,34	2.824.812,23	5.291.919,11	34,80%
2016	8.067.744,57	3.224.694,73	4.843.049,84	39,97%
2017	8.853.664,79	1.559.156,58	7.294.508,21	17,61%
2018	10.416.581,84	2.005.925,61	8.410.656,23	19,26%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

4. DESPESAS

Constitui-se despesa pública todo gasto efetivado pela administração pública para a realização de obras, oferta de bens e serviços que venham atender aos fins do Estado (Meirelles, 1997 *apud* BISCARO e ZMITROWICZ, 1998).

Despesa pública, na concepção de Peres (1997 *apud* LOURENÇON, 2001):

(...) “é o conjunto dos gastos que o Estado é obrigado a fazer para desempenhar funções básicas, a ele atribuídas, que venham atender os interesses da comunidade, tanto na manutenção de serviços que beneficiem diretamente a população, quanto na implantação da infra-estrutura do desenvolvimento sócio-econômico e, também, aqueles para saldar os compromissos da dívida pública”.

As despesas municipais, segundo sua natureza contábil, são classificadas, conforme sua Categoria Econômica, em Despesas Correntes e despesas de Capital. São denominadas Correntes as despesas que ocorrem com regularidade, de forma contínua. Assim, o pagamento de água, luz, telefone, funcionários, por exemplo, constituem despesa corrente. Despesas de capital, por sua vez, são aquelas que ocorrem eventualmente, ou seja, aquelas destinadas à aquisição de bem de capital, material permanente, para realização de obras, para concessão de empréstimos e amortização de dívidas. Dessa forma, a construção de um hospital ou uma escola, por exemplo classificam-se como Despesa de Capital (CNM, 2008; GIACOMONI, 2003).

As despesas Correntes podem ser:

- **Pessoal e Encargos Sociais:** Despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
- **Juros e Encargos da Dívida:** Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
- **Outras Despesas Correntes:** Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria

econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

As despesas de capital, por sua vez, podem ser:

- **Investimentos:** Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- **Inversões Financeiras:** Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
- **Amortização da Dívida:** Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

4.1. Despesas Totais do Poder Executivo

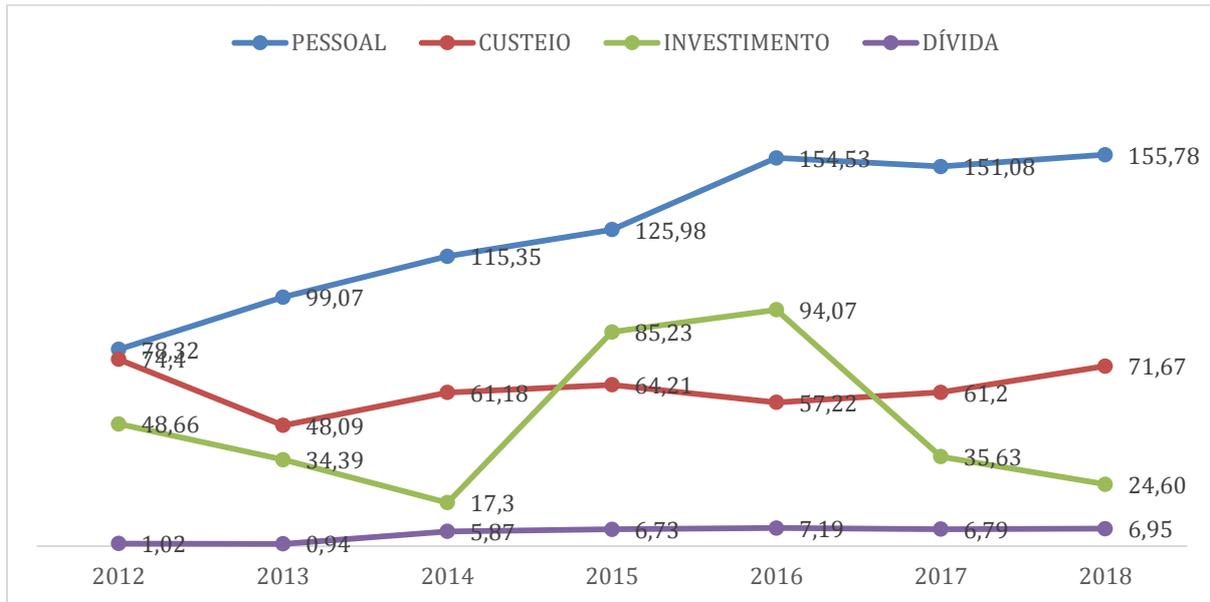
4.1.1. Evolução das Despesas do Poder Executivo

Considerando a oscilação das despesas entre 2018 e 2017, é possível verificar, por meio do Gráfico 4, que a principal se deu nos investimentos, alcançando queda na ordem de 30,97%, caindo de R\$ 35,63 mi (2017) para R\$ 24,60 mi (2018). Em grande medida, essa queda está relacionada à conclusão das obras executadas à partir dos contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em relação ao gasto com pessoal, considerando o período de 2012 à 2017, o gasto com pessoal cresceu em média 14,51% ao ano. Em 2018, a despesa com pessoal cresceu 3,11%. Esse crescimento no gasto com pessoal está atrelado ao fato de que no ano de 2017, as despesas com contratação por tempo determinado, de modo geral, ter ocorrido a partir de março. Em 2018, essas despesas ocorreram ao longo de todo exercício. Ademais, as rescisões decorrentes da finalização desses contratos temporários também refletiram para o crescimento do gasto total com pessoal.

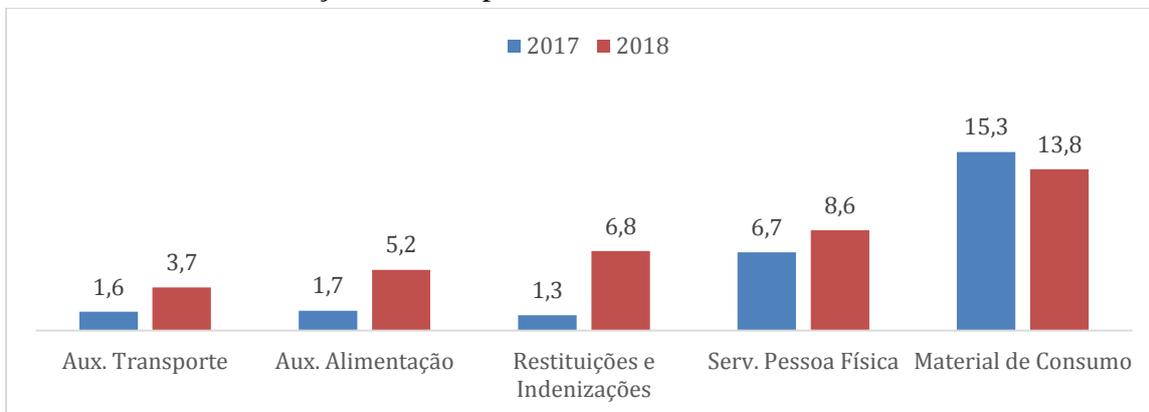
As despesas de custeio cresceram 17,11% (um pouco mais de R\$ 10 mi). Entre outros fatores, contribuíram para o crescimento das despesas de custeio: auxílio-alimentação (206%); auxílio-transporte (131%); restituições e indenizações (423%); e serviços de pessoas físicas (28%). As demais despesas de custeio mantiveram nos seus respectivos patamares, com algumas apresentando queda como os gastos com material de consumo (-10%), que inclui despesas com combustível – o principal vilão da inflação em 2018.

Gráfico 8. Evolução das Despesas do Poder Executivo entre 2012 e 2018 (Em 1 milhão)



Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data.

Gráfico 9. Maiores Variações das Despesas de Custeio entre 2017 e 2018 – em R\$ 1 milhão.



Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data.

4.1.2. Composição das Despesas do Poder Executivo

Como é possível verificar por meio do **Gráfico 10**, a principal despesa do Poder Executivo é o gasto com pessoal, à qual representou 60% do total das despesas, em 2018; seguido, respectivamente, pelas despesas de custeio (28%); investimento (9%); e dívida (3%).

Dessa forma, as despesas correntes, composta pelo gasto com pessoal e custeio, representaram 88% do total das despesas. Através da Tabela 4 é possível verificar a composição dos gastos com pessoal e custeio.

Tabela 4. Composição das Despesas Correntes do Poder Executivo.

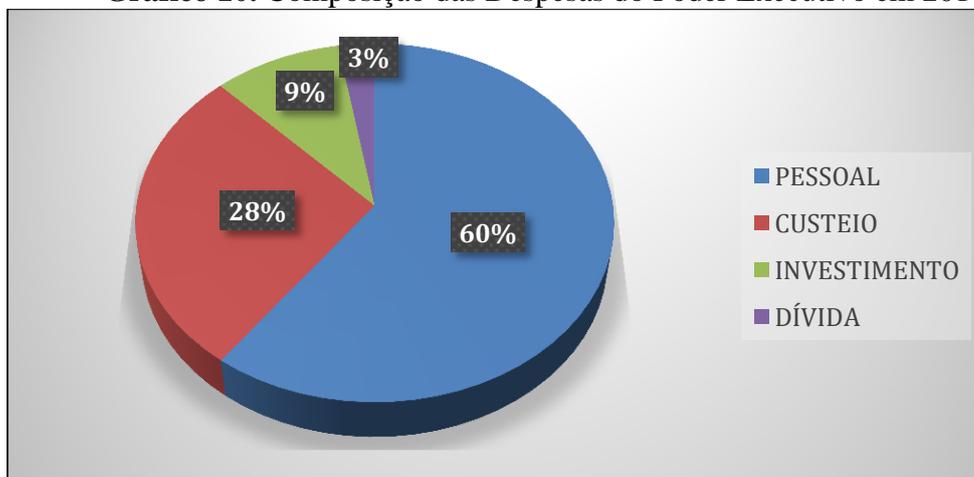
NATUREZA	NATUREZA	TOTAL DO ELEMENTO DESPESA	ELEM./ GND	DESP./ TOTAL
PESSOAL	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00%	0,00%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00%	0,00%
	OUTRAS DESPESAS VARIÁV. - PESSOAL CIVIL	147.437,50	0,09%	0,06%
	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	556.685,58	0,34%	0,24%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	779.677,90	0,48%	0,33%
	PENSÕES	1.114.933,22	0,69%	0,47%
	OUTROS BENEF ASSISTENCIAIS SERVIDOR	878.244,84	0,54%	0,37%
	APOSENTADORIAS E REFORMAS	3.926.254,95	2,43%	1,67%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.761.529,25	4,18%	2,88%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.163.402,13	5,05%	3,48%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	10.043.150,45	6,21%	4,28%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	10.696.336,95	6,61%	4,56%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	118.719.401,94	73,38%	50,56%
	TOTAL GND DESP. PESSOAL	161.787.054,71	100,00%	71,13%
CUSTEIO	OUTROS	163.130,67	0,22%	0,07%
	-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	158.760,00	0,22%	0,07%
	DIÁRIAS - CIVIL	149.540,00	0,20%	0,06%
	SETENCAS JUDICIAIS	195.457,98	0,27%	0,08%
	SUBVENÇÕES SOCIAIS	803.398,55	1,10%	0,34%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	202.039,89	0,28%	0,09%
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.843.723,97	9,37%	2,91%
	AUXÍLIO-TRANSPORTE	3.766.210,68	5,16%	1,60%
	AUXÍLIOALIMENTAÇÃO	5.209.022,30	7,13%	2,22%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	2.785.163,70	3,81%	1,19%
	OUTROS SERVI.TERCEIROSPESSOA FÍSICA	8.664.311,69	11,86%	3,69%
	MATERIAL DE CONSUMO	13.918.600,77	19,06%	5,93%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	30.169.011,55	41,31%	12,85%
	TOTAL GND DESP. CUSTEIO	73.028.371,75	100,00%	31,10%
TOTAL GERAL DESPESAS CORRENTES		234.815.426,46	-	100%

Considerando apenas as despesas correntes (gasto com pessoal e custeio), o gasto com pessoal representou 71,13% das despesas. No âmbito dos gastos com pessoal, os vencimentos e vantagens representaram 73,38%, somando um total de R\$ 118,71 mi.

Depois dos vencimentos e vantagens, a maior despesa que figura no rol das despesas correntes é o gasto com serviço de pessoa jurídica, cujo gasto total em 2018 somou 30,16 mi, representando 12,85% das despesas correntes.

As despesas com material de consumo somaram R\$ 13,9 mi, representando 5,93% das despesas correntes. Se somadas juntas, as despesas com material de consumo, serviços de pessoa jurídica e vencimentos e vantagens representam quase 70% das despesas correntes.

Gráfico 10. Composição das Despesas do Poder Executivo em 2017.



Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data.

4.1.3. Avaliação da Execução do CDF 2017 - Poder Executivo

O desempenho da gestão financeira do município de Águas Lindas de Goiás tem se destacado pelo avanço dos instrumentos de planejamento e gestão. Dentre esses, cita-se à instituição do Cronograma de Desembolso Financeiro (CDF) à partir de 2015. Até 2016, o controle das cotas financeiras era realizadas através de planilhas. Em 2017, o CDF passou a vigorar no âmbito do Sistema Integrado de Gestão, o que permitiu um maior controle dos gastos.

Por meio da **Tabela 5**, é possível verificar o desempenho da execução financeira quanto ao planejamento instituído pelo CDF. As despesas que mais registraram variação em termos proporcionais foram as relativas a dívida consolidada, cuja execução superou em 75,52% o valor inicialmente previsto.

Tabela 5. Previsão *versus* Execução das Despesas do Poder Executivo em 2018.

NAT. DA DESPESA	CDF 2018	EXECUÇÃO	DIFERENÇA (Em R\$)	DIFERENÇA (Em %)
PESSOAL	164.521.101,47	161.854.864,48	-2.666.236,99	-1,62%
CUSTEIO	77.260.808,03	75.868.294,71	-1.392.513,32	-1,80%
INVESTIMENTO	87.077.762,39	25.369.469,06	-61.708.293,33	-70,87%
DÍVIDA	3.960.000,00	6.950.440,60	2.990.440,60	75,52%
TOTAL	332.819.671,89	270.043.068,85	-62.776.603,04	-1,71%

A segunda maior variação, em termo absolutos, se deu com os valores das despesas com investimento, cuja execução foi 70,87% menor que o valor inicialmente previsto. Essas duas variações ocorreram, em grande medida, pelo fato do setor de planejamento, à época da elaboração do CDF 2018 ter apenas considerado os valores executados nos anos anteriores, sem uma análise mais detida do cenário. Todavia, como os investimentos são realizados, quase que totalmente, com recursos de convênios, e no caso da dívida o valor nominal não representar grande impacto sobre as finanças municipais, tais variações não comprometeram a gestão fiscal municipal.

No que diz respeito às principais despesas, a saber, o gasto com pessoal e custeio, o valor executado, se comparado ao previsto, foi praticamente acertado, chegando a mais de 98% de precisão, o que demonstra que a execução não superou os valores previstos para tais despesas.

Considerando a estimativa de distribuição dos recursos livres (fonte 100), é possível verificar que o saldo final, considerando as despesas previstas e a realizada, foi positivo em R\$ 5,1 milhões. A maior economia foi gerada pela Prefeitura (R\$ 14,3 milhões). Já os maiores déficits ocorreram na educação (-R\$ 4,2 milhões) e na saúde (-R\$ 4,3 milhões), conforme a Tabela 5.

Tabela 6. Previsão *versus* Execução das Despesas do Poder Executivo em 2018.

TÍTULOS	FONTE	RECEITA PREVISTA	DESPEZA REALIZADA	SALDO EM R\$	SALDO EM %
RECURSOS LIVRES	100	125.116.670,04	119.944.608,01	5.082.788,22	4,31%
CÂMARA	100	7.928.177,40	7.518.967,69	409.209,71	5,44%
PREFEITURA	100	76.870.200,41	62.539.880,07	14.330.320,34	22,91%
FMAS	100	3.086.743,58	4.024.862,70	-938.119,12	-23,31%
SAÚDE - (16,22%)	102	19.389.463,69	23.658.800,91	-4.269.337,22	-18,05%
FMDCA	100	0	0,00	0,00	-
PROCON	100	221.589,27	222.623,22	-1.033,95	-0,46%
EDUCAÇÃO - CONTRAPARTIDA	101	15.831.221,88	20.070.801,05	-4.239.579,17	-21,12%
EDUCAÇÃO -	100	0	13.490,16	-13.490,16	-100,00%
FMMA	100	500.000,00	648.830,42	-148.830,42	-22,94%
SMT	100	1.200.000,00	1.246.351,79	-46.351,79	-3,72%

Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data.

4.2. Despesas da Prefeitura – Gestão 03

4.2.1. Avaliação da Execução do CDF

A análise da execução do CDF, no âmbito da Gestão 03, considerará apenas os recursos vinculados à fonte 100 (Recursos Ordinários), visto que as demais fontes de recursos

disponíveis à Prefeitura tratam-se de recursos de convênio ou de recursos vinculados à despesas específicas, como a COSIP por exemplo, as quais não há discricionariedade.

Dessa forma, a presente análise compreenderá as unidades orçamentárias vinculadas à Gestão 03 e o comportamento das despesas dessas unidades no âmbito da fonte 100, conforme a Tabela 7.

Tabela 7. Cotas Previstas no CDF *versus* Despesas Realizadas.

TÍTULOS	RECEITA PREVISTA	DESPESA REALIZADA	SALDO (Em R\$)	SALDO (Em %)
PREFEITURA	76.870.200,41	62.539.914,77	14.330.285,64	-18,64%
GAB. PREFEITO	660.000,00	510.618,25	149.381,75	-22,63%
SEC. MUN. AGRICULTURA	480.000,00	96.685,14	383.314,86	-79,86%
SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE	0,01	29.102,13	-29.102,12	100,00%
PROCURADORIA GERAL	1.255.000,00	2.647.287,48	-1.392.287,48	110,94%
CONTROLE INTERNO	300.129,35	350.048,58	-49.919,23	16,63%
ENCARGOS GERAIS DO MUN.	10.349.592,13	8.119.679,79	2.229.912,34	-21,55%
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	1.680.000,00	2.575.256,06	-895.256,06	53,29%
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	30.342.954,15	19.056.907,56	11.286.046,59	-37,19%
SEC. FAZENDA E PLANEJAMENTO	3.240.000,00	3.645.729,81	-405.729,81	12,52%
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS	25.200.000,00	21.864.494,44	3.335.505,56	-13,24%
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E SUPRIMENTOS	1.680.000,00	1.431.769,73	248.230,27	-14,78%
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	360.000,00	311.596,72	48.403,28	-13,45%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	360.000,00	124.417,75	235.582,25	-65,44%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - IND. COM. E COOP	480.000,00	605.672,17	-125.672,17	26,18%
SECRETARIA DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA	240.000,00	1.165.107,92	-925.107,92	385,46%
CONSELHO TUTELAR	180.000,00	5.541,24	174.458,76	-96,92%

Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data.

É possível verificar, por meio da Tabela 7, que as únicas unidades que ultrapassaram o valor definido foram: Controle Interno; Procuradoria Geral; Habitação; Fazenda e Planejamento; Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Transporte. No caso da Procuradoria, Secretaria de Habitação e Secretaria de Fazenda e Planejamento, o gasto excedente decorreu de eventual falha no cálculo da estimativa, visto que as despesas com pessoal dessas secretarias até 2017 ocorriam no âmbito do orçamento da Secretaria de Administração. Diante disso, foi determinado pela Secretaria Municipal de Fazenda e

Planejamento que as despesas dessas secretarias deveriam ser contabilizadas em seus respectivos orçamentos. Todavia, como as despesas até então estavam agrupadas no orçamento da administração, não foi possível realizar uma estimativa precisa para o gasto com pessoal dessas secretarias. É possível verificar que, em virtude desse remanejamento, gerou-se saldo positivo na secretaria municipal de Administração e Gestão de Pessoa.

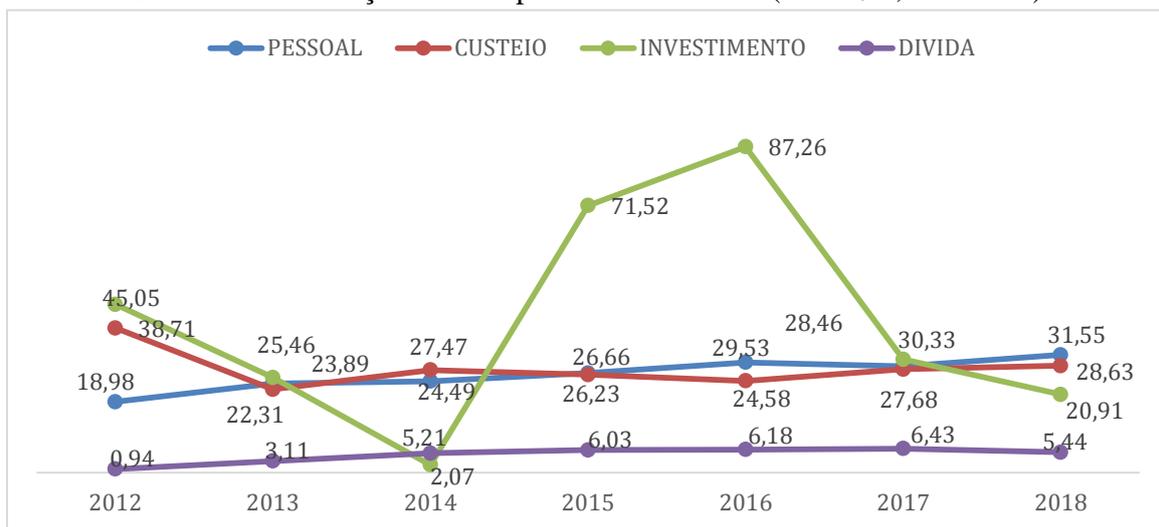
No que se refere ao saldo positivo acumulado pela Prefeitura, qual seja, R\$ 14,3 milhões, o mesmo foi utilizado para cobrir os déficits da educação e saúde, conforme pode ser visualizado através da **Tabela 5** (Página 21).

4.2.2. Evolução das Despesas

O Gráfico 6 representa a evolução das despesas no âmbito das unidades vinculadas à Gestão 03. Como é possível verificar, a maior variação ocorrida no período avaliado foi em relação aos investimentos. Isso decorre da variação e inconstância dos repasses do Governo Federal referente aos convênios, principalmente os oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As despesas com pessoal cresceram consideravelmente no período analisado, saindo da cifra de R\$ 18,98 mi, em 2012, e atingindo o montante de R\$ 31,55 mi, em 2018. As demais despesas apresentaram pouca oscilação nos últimos anos.

Gráfico 10. Evolução das Despesas da Gestão 03 (Em R\$ 1,00 milhão).

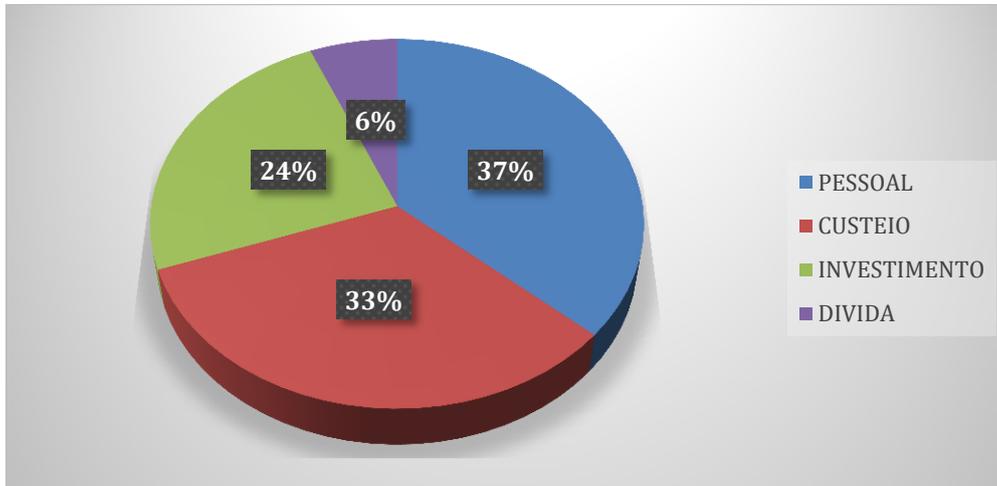


4.2.3. Composição das Despesas

As despesas orçamentárias agrupam-se em dois grupos econômicos, a saber, despesas correntes e de capital (ver página 16). As despesas correntes englobam os gastos com pessoal e despesas de custeio; e as despesas de capital compreendem os investimentos e o pagamento da dívida consolidada.

Conforme se visualiza no Gráfico 11, as despesas da Prefeitura são compostas da seguinte forma: o gasto com pessoal responde por 37%; as despesas de custeio representam 33%; os investimentos, 24%; e a dívida, 6 %.

Gráfico 11. Composição das Despesas da Prefeitura.



Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data.

As despesas correntes (pessoal e custeio) das Unidades atreladas à Prefeitura estão detalhadas na Tabela 8. No montante das despesas correntes, o gasto com pessoal responde por 51,35% (R\$ 31,61 mi) em contraponto aos 48,65% (R\$ 29,95 mi) das despesas de custeio.

No geral das despesas correntes, os vencimentos e vantagens responderam por 39,30% (R\$ 24,20 mi) das despesas; seguida dos serviços de pessoas jurídicas (25,85% - R\$ 15,91 mi) e material de consumo (5,57% - R\$ 3,42 mi), as quais serão analisadas detalhadamente à seguir.

As indenizações e restituições, no âmbito das despesas de custeio, somaram R\$ 5,45 mi, representando 8,87% das despesas correntes. Grande parte dessas despesas referem-se à devolução de recursos à União.

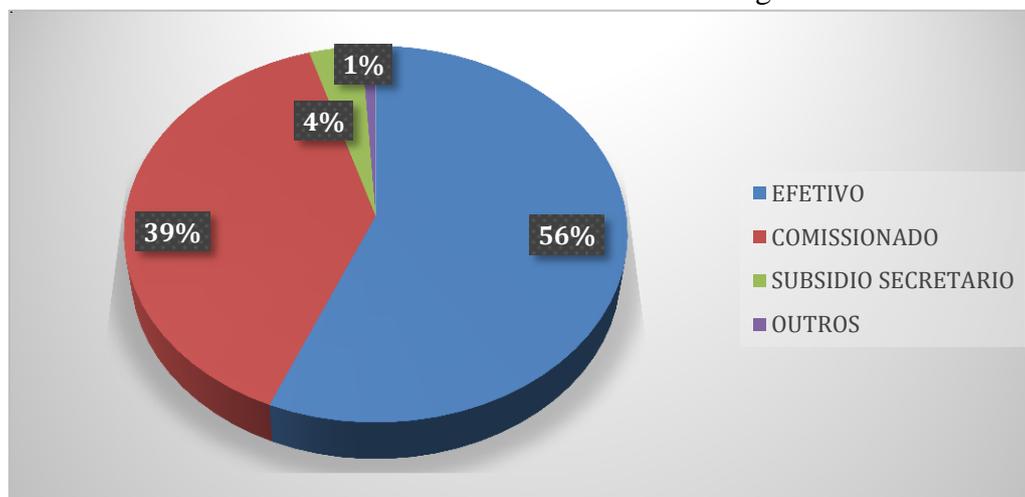
O Gráfico 12 apresenta a composição dos vencimentos e vantagens. É possível verificar que 56% dessas despesas refere-se ao pagamento de pessoal efetivo; seguido pelos comissionados (39%); e subsídio dos secretários (4%).

Tabela 8. Composição das Despesas Correntes da Prefeitura (Gestão 03).

NATUREZA	NATUREZA	TOTAL ANUAL	DESP./ GRUP	DESP./ TOTAL
PESSOAL	OUTROS	0,00	0,00%	0,00%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	319.317,96	1,01%	0,52%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	1.136.263,68	3,59%	1,85%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.475.218,74	7,83%	4,02%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	1.151.378,74	3,64%	1,87%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.336.971,50	7,39%	3,80%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	24.200.839,41	76,54%	39,30%
	TOTAL DESP. PESSOAL	31.619.990,03	100,00%	51,35%
CUSTEIO	OUTROS SERVI.TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	644.497,46	2,15%	1,05%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	170.395,95	0,57%	0,28%
	OUTROS	1.627.767,90	5,43%	2,64%
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.455.511,32	18,21%	8,86%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	2.712.942,40	9,06%	4,41%
	MATERIAL DE CONSUMO	3.426.677,28	11,44%	5,57%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	15.916.149,37	53,14%	25,85%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	29.953.941,68	100,00%	48,65%
TOTAL GERAL		61.573.931,71	-	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

Gráfico 12. Detalhamento dos Vencimentos e Vantagens - Prefeitura.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

A Tabela 9 apresenta o detalhamento dos Serviços de Pessoa Jurídica. Através dele é possível verificar que os serviços de limpeza e conservação (executados pela empresa CAENGE), cujo custo anual foi de R\$ 7,96 mi, representaram a maior parte dos serviços de pessoa jurídica, respondendo por 50,1% desses serviços.

Os serviços técnicos profissionais, quase que em sua totalidade, referem-se aos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS), desenvolvidos no âmbito das ações de desenvolvimento urbano do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Essas despesas representaram 6,8% do montante das despesas com serviços de pessoas jurídicas, com custo anual de R\$ 1 mi. É importante ressaltar que a fonte de financiamento dessas ações são os recursos oriundos dos contratos do PAC, não afetando os recursos próprios municipais.

As despesas com a locação de veículos, máquinas pesadas e equipamentos apresentaram custo anual de R\$ 4,02 mi, representando 25,3% das despesas com serviços de pessoa jurídica.

Tabela 9. Detalhamento dos Serviços de Pessoa Jurídica.

SERVIÇOS DE TERC. – PESSOA JURÍDICA	Em R\$	Em %
LIMPEZA E CONSERVACAO	7.968.578,11	50,1%
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.019.093,50	25,3%
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.077.203,75	6,8%
OUTROS	449.251,35	2,8%
SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	343.418,55	2,2%
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	317.549,94	2,0%
SERVICOS BANCARIOS	311.264,02	2,0%
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	290.291,29	1,8%
SERVICOS GRAFICOS	241.311,40	1,5%
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	169.617,23	1,1%
SERV. APOIO ADMIN. TECNICO E OPERACIONAL	169.222,51	1,1%
LOCACAO DE SOFTWARES	140.031,36	0,9%
MANUT. CONSERVA. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	130.368,00	0,8%
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	121.049,00	0,8%
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	114.463,43	0,7%
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	30.110,50	0,2%
TOTAL	15.892.823,94	1,00

Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data.

A Tabela 10 apresenta o detalhamento das despesas com material de consumo no âmbito da Prefeitura. Através dele é possível verificar que a maior despesa no âmbito desse elemento de despesa são os gastos com combustíveis e lubrificantes, cujo total foi de R\$ 1,46 mi anual, representando 42,57% das despesas com material de consumo.

Os gastos com materiais para processamento de dados tiveram um custo de R\$ 0,44 mi, representando 13,09% das despesas com material de consumo. O gasto anual com peças para conserto de veículos foi de R\$ 0,38 mi, representando 11,01% das despesas com material de consumo.

Os materiais para produção industrial, em sua totalidade referente a massa asfáltica utilizada para recuperação de vias, custaram R\$ 0,37 mi, representando 10,84% das despesas com material de consumo. Os demais materiais de consumo tiveram menor representação no total gasto com material de consumo e estão detalhados na Tabela 10.

Tabela 10. Detalhamento das Despesas com Material de Consumo.

Material de Consumo	Em R\$	Em %
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	1.458.817,51	42,57%
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	448.711,08	13,09%
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS	377.248,48	11,01%
MATERIAL PARA PRODUCAO INDUSTRIAL	371.558,67	10,84%
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	310.402,30	9,06%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	190.088,20	5,55%
MAT. DE LIMP. E PRODUCAO DE HIGIENIZACAO	99.792,69	2,91%
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	62.250,00	1,82%
FERRAMENTAS	31.727,85	0,93%
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	26.559,90	0,78%
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	20.256,60	0,59%
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E AFINS	13.113,00	0,38%
MATERIAL DE COPA E COZINHA	10.964,00	0,32%
GENEROS DE ALIMENTACAO	3.569,00	0,10%
MATERIAL PARA COMUNICACOES	1.618,00	0,05%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

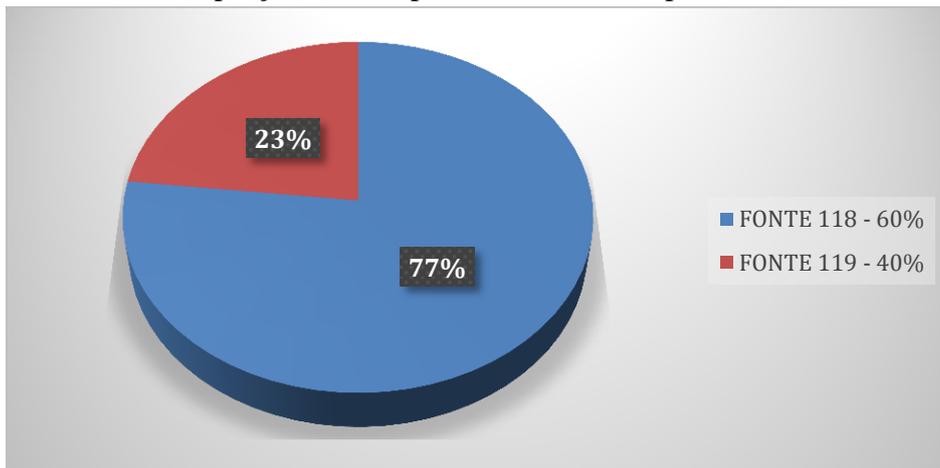
4.3. Despesas da Educação – FUNDEB e FME

A Secretaria Municipal de Educação conta com recursos disponíveis em dois fundos especiais distintos para fazer frente as suas despesas, a saber: o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Fundo Municipal de Educação (FME).

Pelo menos 60% das receitas do FUNDEB devem ser, obrigatoriamente, utilizadas para o pagamento de profissionais do magistério, essas receitas são vinculadas a fonte 118. Os outros 40% (fonte 119) podem ser utilizados nas demais despesas de custeio ou de investimento no âmbito da educação.

Todavia, como verificado por meio do Gráfico 13, as despesas com remuneração dos profissionais do magistério consomem 77% das receitas do FUNDEB. O saldo (23%), no entanto, é totalmente gasto com a folha de pagamento dos demais servidores e mesmo assim é insuficiente.

Gráfico 13. Proporção das Despesas do FUNDEB por Fonte de Recurso.



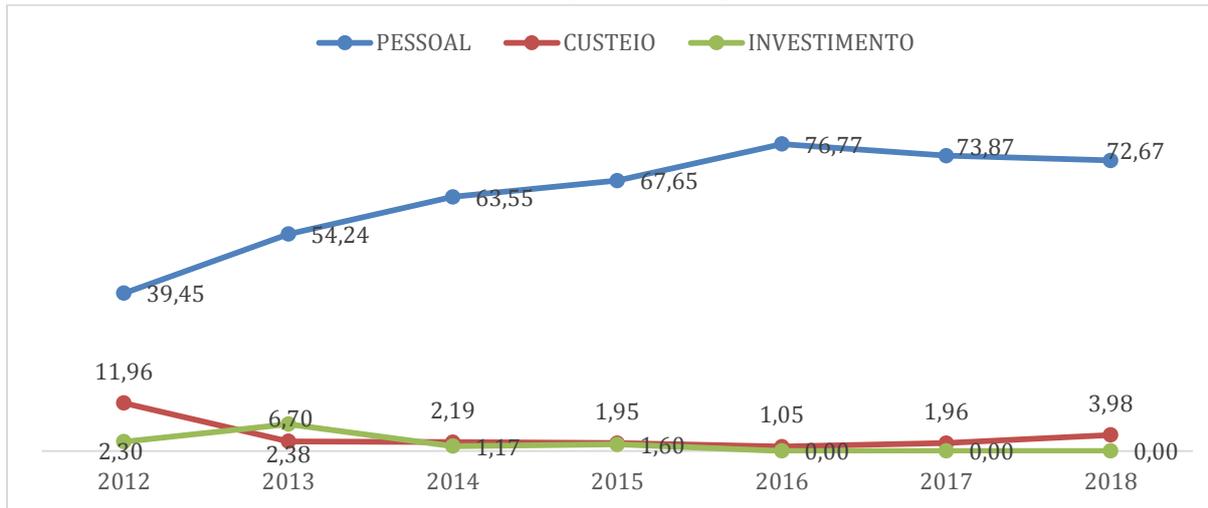
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

Como é possível, todavia, visualizar por meio do Gráfico 14, as despesas com pessoal consomem totalmente os recursos do FUNDEB. Em 2018, o custeio no âmbito do FUNDEB representou 5,33% das despesas, contra 94,67% gasto com pessoal. Todavia, o total das despesas de custeio no FUNDEB é constituído pelo auxílio-alimentação e auxílio-transporte, que mesmo não sendo da natureza gasto com pessoal, constituem gasto indireto com pessoal (Ver Tabela 11).

Assim, queda no total das despesas com pessoal entre 2016 e 2018 é meramente fictícia, uma vez que o aumento com as despesas de custeio (auxílio-transporte e auxílio-alimentação) não foi acompanhado pelo crescimento nas receitas do FUNDEB, dessa forma, o excedente do gasto com pessoal foi custeado com recursos do Fundo Municipal de Educação (FME), o qual registrou crescimento de 38,81% no gasto com pessoal em 2018 (Ver Gráfico 16).

Na prática, as despesas outrora vinculadas a fonte 119 do FUNDEB foram custeadas com recursos ordinários de contrapartida para a educação (fonte 101), ou seja, não houve redução das despesas do FUNDEB, apenas remanejamento parcial para as fontes do FME.

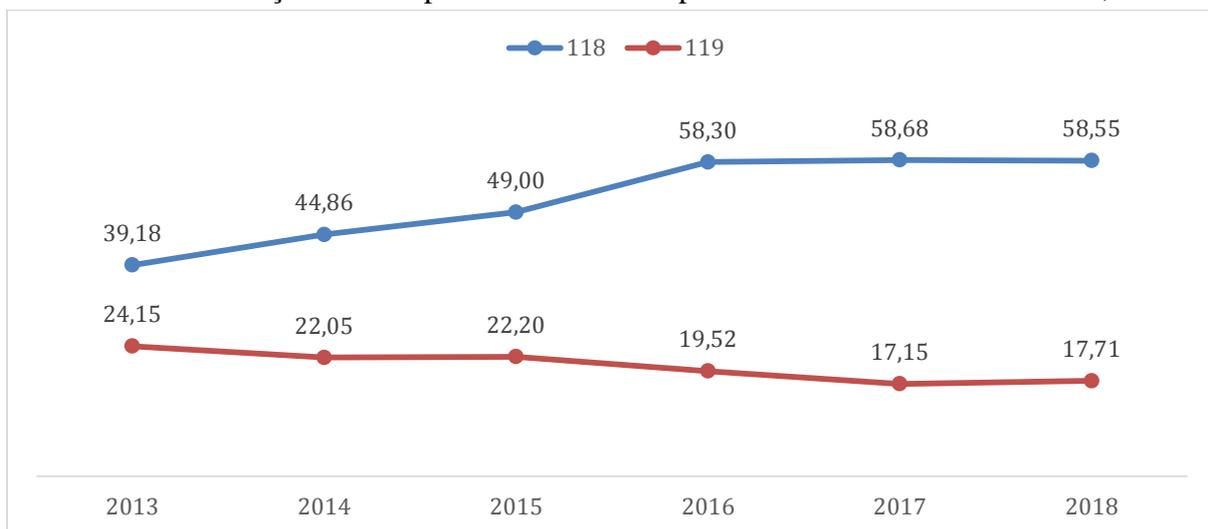
Gráfico 14. Evolução das Despesas do Fundeb.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

No entanto, é preciso reconhecer que não houve crescimento no gasto com pessoal do Magistério, fonte 118 (60% do FUNDEB). Por meio do Gráfico 15, é possível visualizar que as despesas atreladas a fonte 118 se mantiveram aparentemente fixas em R\$ 58 milhões.

Gráfico 15. Evolução das Despesas do FUNDEB por Fonte de Recurso – Em R\$ 1,00 mi.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

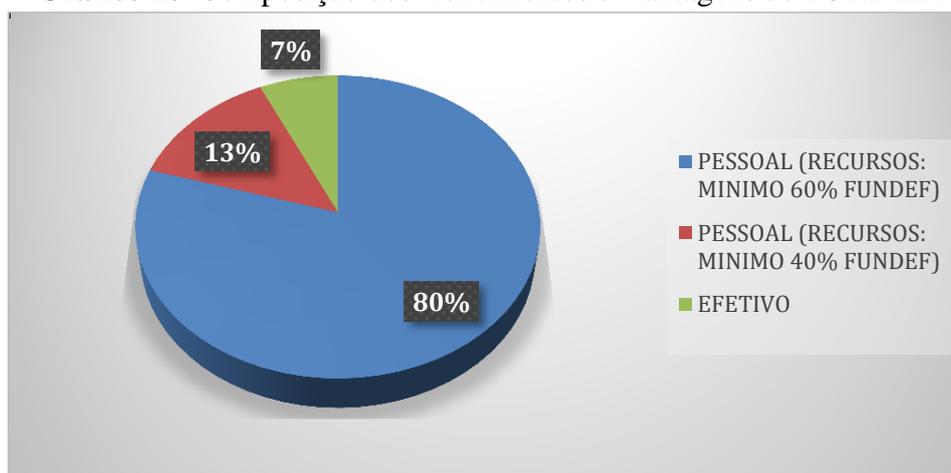
Conforme a Tabela 11, os vencimentos e vantagens representam 73,85% das despesas do FUNDEB. Essas despesas, por sua vez, são compostas da seguinte forma: 80% são vinculados ao pagamento de profissionais do magistério; 13% ao pagamento dos demais servidores da educação e; 7% ao pagamento de efetivos (Ver Gráfico 16).

Tabela 11. Composição das Despesas Correntes do FUNDEB.

GRUPO	NATUREZA	TOTAL ANUAL	DESP/GRUP	DESP./TOTAL
PESSOAL	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.601.375,59	3,68%	3,48%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	6.305.469,86	8,92%	8,44%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	6.439.737,79	9,11%	8,62%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	193.955,77	0,27%	0,26%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	55.145.008,38	78,01%	73,85%
	TOTAL DESP. PESSOAL	70.685.547,39	99,73%	94,67%
CUSTEIO	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.311.094,30	58,04%	3,10%
	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.671.140,34	41,96%	2,24%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	3.982.234,64	100,00%	5,33%
TOTAL GERAL		74.667.782,03		100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

Gráfico 16. Composição dos Vencimentos e Vantagens do FUNDEB.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

No que diz respeito ao Fundo Municipal de Educação (FME), o mesmo dispõe de uma série de fontes de recursos. As principais são o Salário Educação (115.049); Recursos Ordinários – Contrapartida para Educação (101) e os oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (115.052). Os recursos das fontes 115.049 e 101 podem ser utilizados nas despesas de custeio e investimento de modo geral.

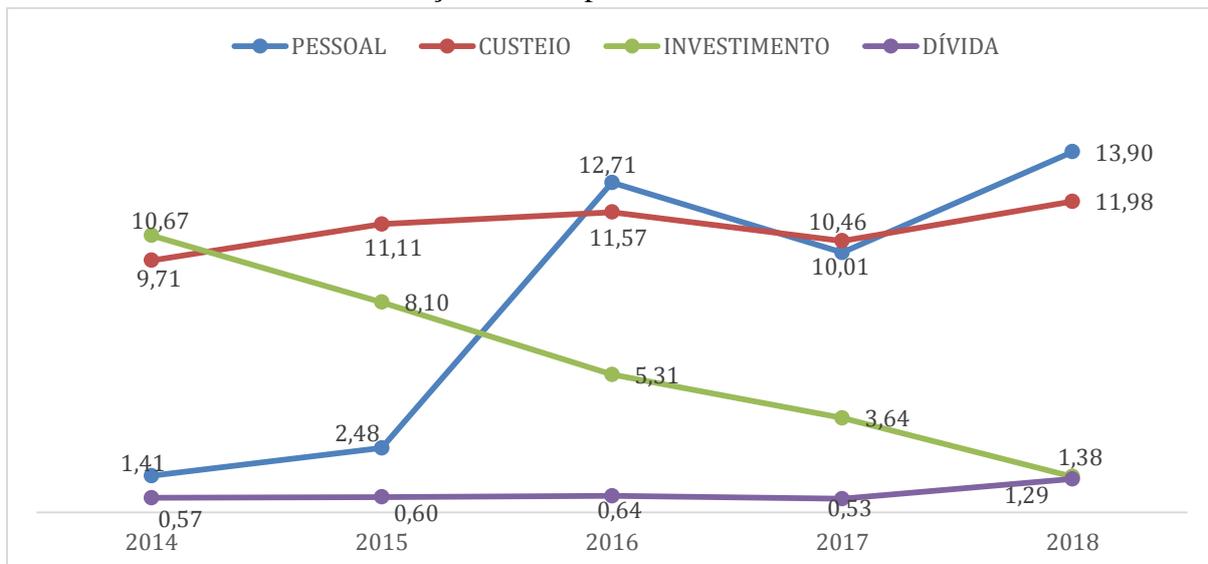
O FME foi criado em 2014, antes disso, as despesas da Secretaria Municipal de Educação eram contabilizadas no âmbito da GESTÃO 03 – PREFEITURA. Como é possível

verificar por meio do Gráfico 17, as despesas com investimentos vêm se reduzindo à medida que os gastos com pessoal vêm registrando crescimento, visto o comprometimento das receitas disponíveis para financiar o gasto com pessoal.

Nesse sentido, entre 2015 e 2016 as despesas com pessoal cresceram 411%, saindo do patamar de R\$ 2,48 mi para R\$ 12,71 mi. Se considerar todo o período, essas despesas cresceram em média 155,41% ao ano. Por outro lado, os investimentos caíram 66% no período, registrando queda numa média de 30% ao ano.

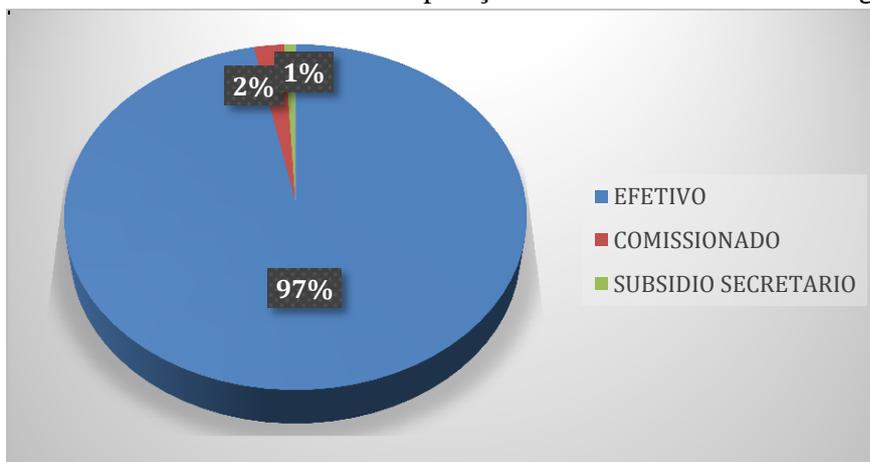
Entre 2017 e 2018, as despesas com pessoal cresceram 38,81%; as despesas de custeio, 14,51%, e o gasto com o pagamento da dívida consolidada registrou crescimento na ordem de 143,29%. Os investimentos, por sua vez, registraram queda de 62,09%.

Gráfico 17. Evolução das Despesas do FME em R\$ 1,00 milhão.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

Gráfico 18. Composição dos Vencimentos e Vantagens – FME.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

No total das despesas do FME, 48,68% são com pessoal. No âmbito dessas despesas, 82,45% são classificadas como vencimentos e vantagens (Tabela 12). No conjunto dessas despesas, por sua vez, 97% são despesas com pessoal efetivo; 2% comissionados e; 1% subsídio do secretário municipal de educação (Ver Gráfico 18).

Tabela 12. Composição das Despesas Correntes do FME.

GRUPO	NATUREZA	TOTAL ANUAL	DESP/GRUP	DESP./TOTAL
PESSOAL	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00%	0,00%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	1.434.257,82	10,31%	5,49%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	200.859,62	1,44%	0,77%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	300.614,76	2,16%	1,15%
	OUTROS	150.185,97	1,08%	0,58%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	352.266,74	2,53%	1,35%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.126,21	0,03%	0,02%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	11.470.821,60	82,45%	43,93%
	TOTAL DESP. PESSOAL	13.913.132,72	100,00%	53,28%
CUSTEIO	AUXÍLIO-TRANSPORTE	786.395,09	6,45%	3,01%
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	963.680,00	7,90%	3,69%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	17.296,61	0,14%	0,07%
	DIÁRIAS - CIVIL	7.320,00	0,06%	0,03%
	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	823,50	0,01%	0,00%
	OUTROS	273.264,67	2,24%	6,80%
	SUBVENÇÕES SOCIAIS	583.600,00	4,78%	2,23%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00%	0,00%
	MATERIAL DE CONSUMO	5.071.235,49	41,56%	19,42%
	OUTROS SERVI.TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	923.170,00	7,57%	3,54%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	3.574.542,44	29,30%	13,69%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	12.201.327,80	100,00%	45,68%
TOTAL GERAL		26.114.460,52	-	98,38%

As despesas de custeio representaram 41,97% das despesas totais. No conjunto dessas despesas, o material de consumo e os serviços de pessoa jurídica foram os principais, representando, respectivamente, 19,42% e 13,69% das despesas correntes do FME.

No conjunto das despesas com material de consumo, 43,4% foram com gêneros de alimentação. Em sua quase totalidade, os gêneros alimentícios são para a manutenção do Programa de Alimentação Escolar, sendo financiados, parcialmente, com recursos do PNAE.

Na seqüência, 14,2% do consumo foi com combustível; 7,8%, com material de processamento de dados; 6,8%, com material de expediente; 6,4%, com material para copa e cozinha.

Tabela 13. Composição das Despesas com Material de Consumo – FME.

Material de Consumo TOTAL GERAL	Em R\$	Em %
GENEROS DE ALIMENTACAO	2.515.073,69	43,4%
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	824.293,72	14,2%
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	452.523,99	7,8%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	391.038,37	6,8%
MATERIAL DE COPA E COZINHA	368.080,66	6,4%
MAT. DE LIMP. E PRODUCAO DE HIGIENIZACAO	368.080,66	6,4%
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	359.095,26	6,2%
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS	247.743,71	4,3%
- MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	149.285,95	2,6%
GAS ENGARRAFADO	108.335,00	1,9%
MATERIAL QUIMICO	5.875,00	0,1%
TOTAL	5.789.426,01	100,0%

Os serviços de pessoa jurídica representaram 13,69% das despesas correntes do FME. No conjunto dessas despesas, 40,56% foram com a locação de bens móveis, os quais representam a locação de veículos, principalmente para o Programa de Transporte Escolar, parcialmente financiado pelo Programa homônimo do governo estadual.

Os custos com energia elétrica representaram 13,56% dos serviços com pessoa jurídica. As despesas com manutenção de máquinas e equipamentos representaram 7,06%. Os serviços de assessoria técnica representaram 5,59%.

Tabela 14. Composição dos Serviços de Pessoa Jurídica do FME.

Serviços de Pessoa Jurídica	Em R\$	Em %
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.449.886,00	40,56%
LOC. BENS MOVEIS OUTRAS NAT. INTANGIVEIS	653.733,20	18,29%
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	484.831,00	13,56%
MANUT. CONSERVA. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	252.449,50	7,06%
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	199.994,18	5,59%
SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	188.216,79	5,27%
LOCACAO DE SOFTWARES	117.370,77	3,28%
LOCACAO DE IMOVEIS	96.000,00	2,69%
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	36.492,86	1,02%
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	35.172,08	0,98%
SERVICOS GRAFICOS	18.917,00	0,53%
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	15.160,00	0,42%
ERV. APOIO ADMIN. TECNICO E OPERACIONAL	12.666,66	0,35%
SERVICOS BANCARIOS	8.245,42	0,23%
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	5.406,98	0,15%
TOTAL	3.574.542,44	100,00%

4.4. Despesas da Saúde – Fundo Municipal de Saúde

O Fundo Municipal de Saúde custeia as atividades dos órgãos e unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde. As receitas que mantêm o FMS são as oriundas do Fundo Nacional de Saúde (fonte 114); da Secretaria Estadual de Saúde (131) e os Recursos de Contrapartida do Tesouro Municipal para a Saúde (102).

Atualmente, as despesas com pessoal representam a principal despesa da saúde. Essas despesas alcançaram esse posto a partir de 2016, quando ultrapassaram os gastos com as demais despesas de custeio.

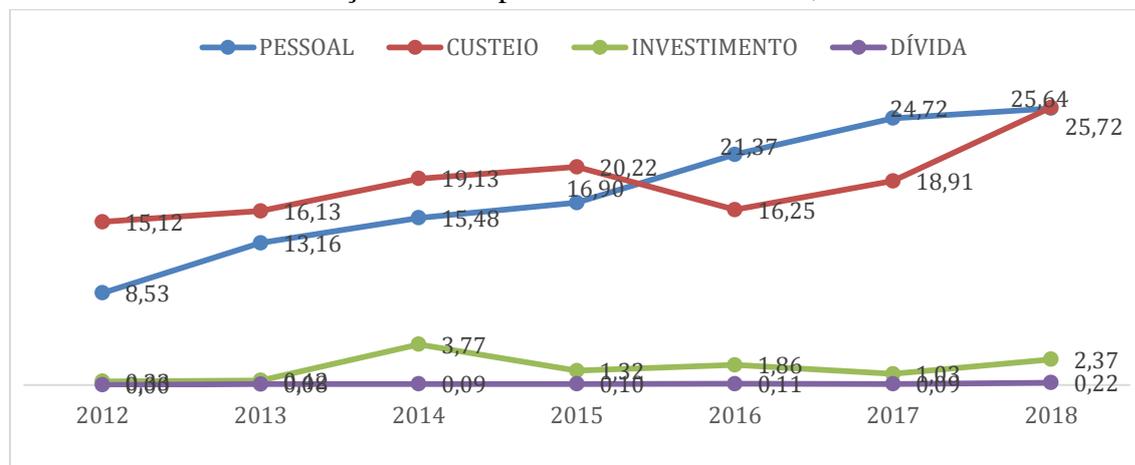
A trajetória das despesas com pessoal tem registrado crescimento vertiginoso. No período de 2012 a 2017, as despesas com pessoal cresceram 190%, numa média de R\$ 3,24 mi ao ano, ou 24,6% em termos percentuais. Entre 2017 e 2018, o crescimento do gasto com pessoal foi menor: 3,73%.

Esse crescimento foi viabilizado, num primeiro momento, pelo crescimento das receitas. A partir de 2016, só foi possível com a queda nas despesas de custeio. Nesse ano específico, enquanto as despesas de custeio caíram R\$ 3,97 mi, as despesas com pessoal cresceram R\$ 4,47 mi, passando a figurar como a principal despesa da saúde.

Os investimentos na saúde ainda são incipientes e estão muito aquém do montante necessário. No período de 2012 a 2017, os investimentos na rede de saúde somaram R\$ 8,73 mi, representando uma média de R\$ 1,46 mi ao ano. Esse valor equivale a 2,77% de todo o

investimento realizado no município no mesmo período. Entre 2017 e 2018, no entanto, o valor com investimentos dobrou, chegando a R\$ 2,37 milhões.

Gráfico 19. Evolução das Despesas da Saúde em R\$ 1,00 mi.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

As despesas de custeio, entre 2012 e 2018, cresceram a uma taxa média anual de 10,6% ao ano. Entre 2017 e 2018, o crescimento foi de 36,0%. Entre as despesas com maior crescimento, destaca-se os serviços de terceira pessoa física (crescimento de 56% - R\$ 2,6 milhões) e os serviços de pessoa jurídica (crescimento de 45% - 3,3 milhões).

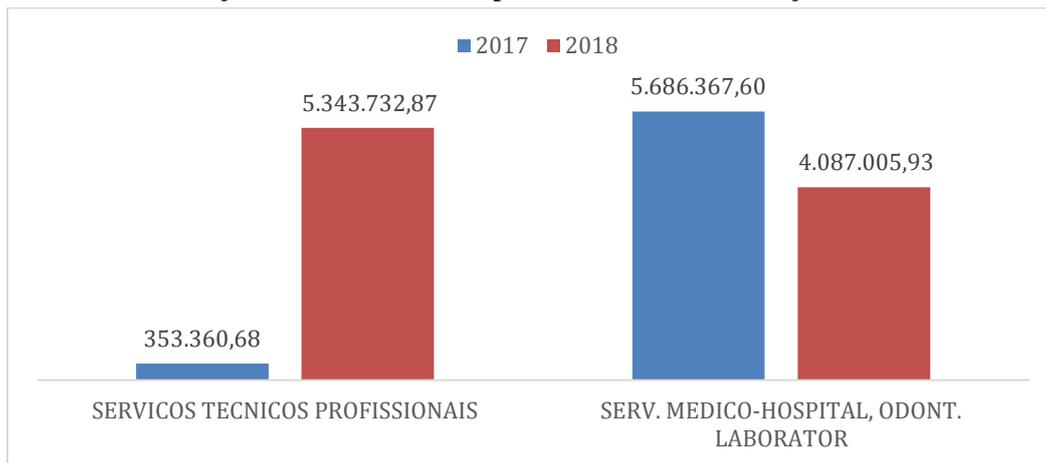
Tabela 15. Variação Ocorrida nas Despesas da Saúde.

GRUPO	NATUREZA	2017	2018	Varição em R\$
PESSOAL	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	999.478,04	1.073.470,36	73.992,32
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	1.729.012,59	1.559.668,57	-169.344,02
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	318.227,61	1.183.473,45	865.245,84
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.468.432,84	1.968.135,63	499.702,79
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCEIRIZ	88.983,18	97.072,56	8.089,38
	OUTROS	1.720,44	0	-1.720,44
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	20.117.247,31	19.757.406,94	-359.840,37
	TOTAL DESP. PESSOAL	24.723.102,01	25.639.227,51	916.125,50
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	409.276,25	1.158.350,00	749.073,75
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.093,15	8.208,80	-12.884,35
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES	487.800,00	1.168.482,72	680.682,72
	MATERIAL DE CONSUMO	5.826.500,74	5.519.043,37	-307.457,37
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	8.888,20	47.726,81	38.838,61
	OUTROS	31.556,44	734.024,31	702.467,87
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	7.453.195,37	10.841.820,22	3.388.624,85
	OUTROS SERVI.TERCEIROSPESSOA FÍSICA	4.672.075,39	7.290.479,07	2.618.403,68
	TOTAL DESP. CUSTEIO	17.866.829,59	26.768.135,30	8.901.305,71

No que se refere ao aumento do gasto com Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídicos, verifica-se por meio do Gráfico 20 que a maior variação se deu nos contratos de credenciamento de médicos e técnicos, cujos valores somados subiram de R\$ 6,04 milhões, em 2017, para R\$ 9,43 milhões, em 2018, representando um acréscimo de 56,15% (R\$ 3,91 milhões).

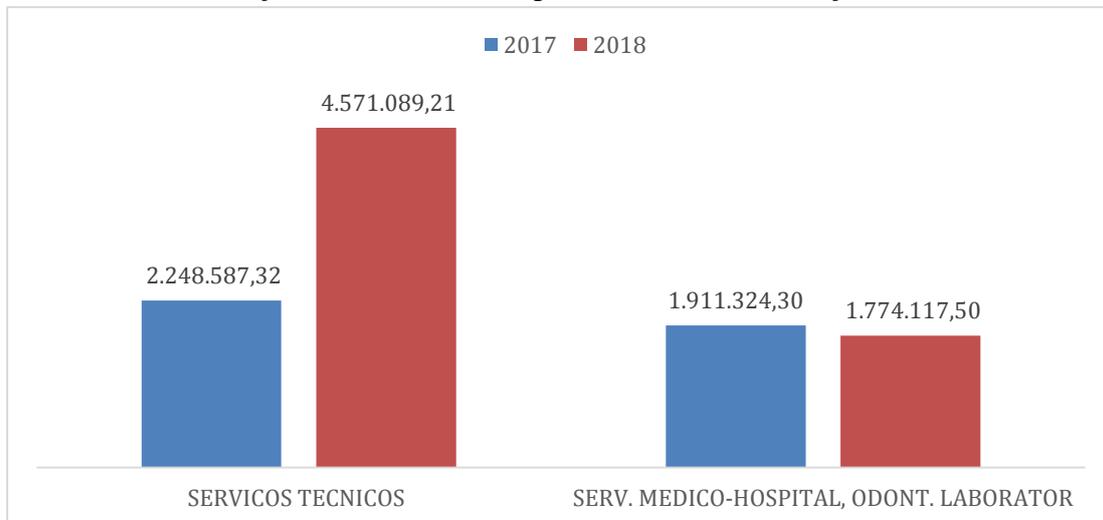
Em relação às despesas com Serviços de Terceiros – Pessoa Física, os gastos com credenciamentos de médicos e técnicos somados subiram de R\$ 4,15 milhões, em 2017, para 6,34 milhões, em 2018. O que representa um crescimento na ordem de 52,53% (R\$ 2,18 milhões), conforme o Gráfico 21.

Gráfico 20. Variação Ocorrida nas Despesas da Saúde – Serviços de Pessoa Jurídica.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

Gráfico 21. Variação Ocorrida nas Despesas da Saúde – Serviços de Pessoa Física.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

Considerando as despesas correntes realizadas em 2018, verifica-se que 48,92% foram com pessoal. No âmbito dessas despesas, 77,06% foram classificadas como

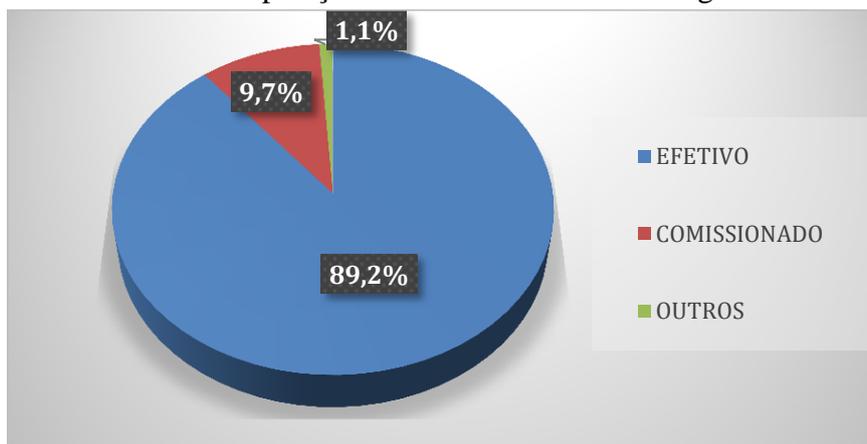
vencimentos e vantagens; seguido das Obrigações patronais para o regime geral (7,68%), contribuições patronais para o regime próprio (6,08%), Indenizações e Restituições Trabalhistas (4,62%), e contratação por tempo determinado (4,19%) (Ver Tabela 16).

Os vencimentos e vantagens, por sua vez, são compostos majoritariamente pelo gasto com vencimentos dos servidores efetivos (89,2%); acompanhado pelos vencimentos dos servidores comissionados (9,7%), e outros (1,1%) (ver Gráfico 14).

Tabela 16. Composição das Despesas Correntes da Saúde.

GRUPO	NATUREZA	TOTAL ANUAL	DESP/GRUP	DESP./TOTAL
PESSOAL	OUTROS	0	0,00%	0,00%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	97.072,56	0,38%	0,19%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	1.073.470,36	4,19%	2,05%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.183.473,45	4,62%	2,26%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	1.559.668,57	6,08%	2,98%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.968.135,63	7,68%	3,76%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	19.757.406,94	77,06%	37,70%
	TOTAL DESP. PESSOAL	25.639.227,51	100,00%	48,92%
CUSTEIO	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.208,80	0,03%	0,02%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	47.726,81	0,18%	0,09%
	OUTROS	734.024,31	2,74%	1,40%
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.158.350,00	4,33%	2,21%
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.168.482,72	4,37%	2,23%
	MATERIAL DE CONSUMO	5.519.043,37	20,62%	10,53%
	OUTROS SERVI.TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	7.290.479,07	27,24%	13,91%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	10.841.820,22	40,50%	20,69%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	26.768.135,30	100,00%	51,08%
TOTAL GERAL		52.407.362,81	-	100,00%

Gráfico 22. Composição dos Vencimentos e Vantagens – FMS



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

No grupo das despesas correntes, as despesas de custeio representam 51,08%, e no conjunto dessas, três elementos de despesas figuram como principais: serviços de pessoa jurídica (40,50%), serviços de pessoa física (27,24%), e material de consumo (20,62%).

As despesas decorrentes de credenciamento de serviços médicos e técnicos responderam juntos por 86,99% das despesas com serviços de pessoa jurídica. As demais despesas tiveram pouca representatividade, conforme se verifica por meio da Tabela 17.

Gráfico 17. Composição das Despesas com Serviços de Pessoa Jurídica do FMS.

SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA	Em R\$	Em %
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	5.343.732,87	49,29%
SERV. MEDICO-HOSPITAL, ODONT. LABORATOR	4.087.005,93	37,70%
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	265.283,37	2,45%
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	220.083,00	2,03%
SERVICOS GRAFICOS	173.286,10	1,60%
SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	137.758,56	1,27%
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	122.574,00	1,13%
MANUT. CONSERVA. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	122.393,00	1,13%
LOCACAO DE SOFTWARES	117.367,77	1,08%
OUTROS	78.430,34	0,72%
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	59.383,12	0,55%
LIMPEZA E CONSERVACAO	36.657,60	0,34%
SERV. APOIO ADMIN. TECNICO E OPERACIONAL	32.818,34	0,30%
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	21.414,90	0,20%
SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	14.230,00	0,13%
SERVICOS BANCARIOS	5.810,92	0,05%
MANUT.CONSERV.BENS MOVEIS DE OUTRAS NAT.	3.590,40	0,03%
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00%
SEGUROS EM GERAL	0,00	0,00%
SERV. COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	0,00	0,00%

No que se refere às despesas com serviços de pessoa física, é possível verificar que as decorrentes de credenciamento de serviços médicos e técnicos responderam juntos por 91,42%. As demais despesas tiveram pouca representatividade, conforme se verifica por meio da Tabela 18.

Tabela 18. Composição das Despesas com Serviços de Pessoa Jurídica do FMS.

Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Em R\$	Em %
SERVICOS TECNICOS	4.748.895,37	65,14%
SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS	1.916.107,50	26,28%
LOCACAO DE IMOVEIS	580.131,20	7,96%
DIREITOS AUTORAIS	34.345,00	0,47%
OUTROS	11.000,00	0,15%

A terceira despesa com maior proporção no âmbito das despesas corrente é o gasto com material de consumo (10,53%). Nesse elemento de despesa, o gasto com material farmacológico e hospitalar, ou seja, medicamentos, agulhas, seringas e outros produtos similares, representaram 46,61% dos gastos com material de consumo.

Além dos materiais farmacológicos, os demais materiais de consumo com maior representatividade foram: Gás oxigênio e de cozinha (17,53%); gêneros de alimentação (9,72%); combustíveis e lubrificantes (7,40%), dentre outros, conforme a Tabela 19.

Tabela 19. Composição das Despesas com Material de Consumo do FMS.

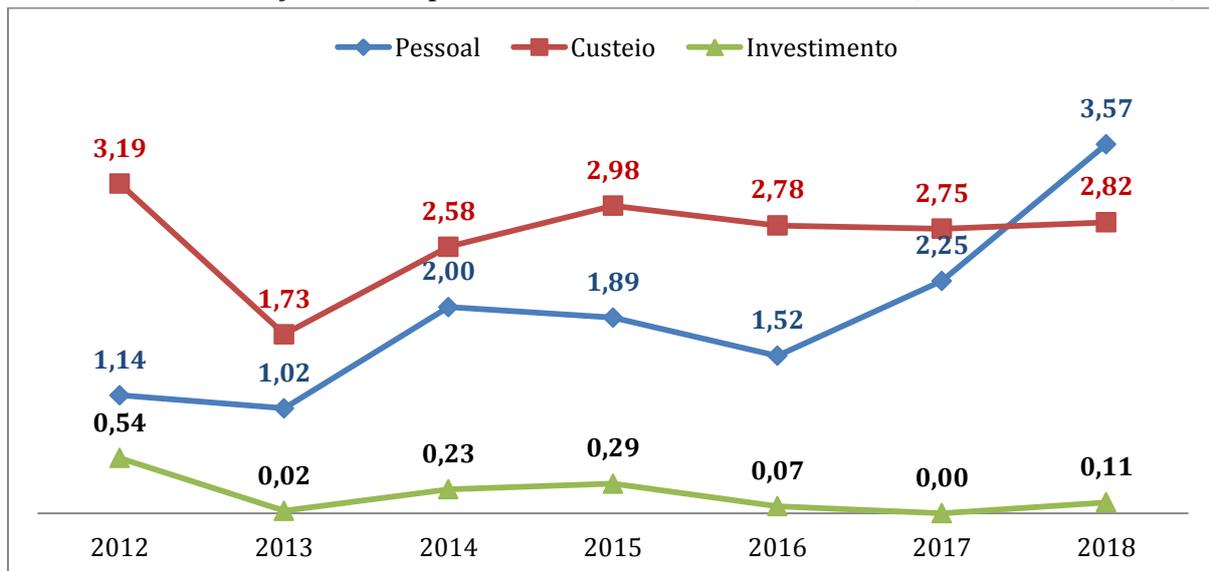
Material de Consumo	Em R\$	Em %
MATERIAL FARMACOLOGICO	1.545.035,94	27,99%
MATERIAL HOSPITALAR	1.027.761,55	18,62%
GAS ENGARRAFADO	967.650,00	17,53%
GENEROS DE ALIMENTACAO	536.615,33	9,72%
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	408.558,33	7,40%
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	214.594,38	3,89%
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	195.765,00	3,55%
MAT. DE LIMP. E PRODUCAO DE HIGIENIZACAO	163.865,84	2,97%
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS	99.801,60	1,81%
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	86.880,00	1,57%
OUTROS	85.331,35	1,55%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	83.199,19	1,51%
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	70.939,95	1,29%
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	16.647,50	0,30%
MATERIAL DE COPA E COZINHA	13.094,31	0,24%
FERRAMENTAS	1.605,50	0,03%
MATERIAL PARA COMUNICACOES	1.050,00	0,02%
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	647,60	0,01%

4.5. Despesas da Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social

O Fundo Municipal de Assistência Social é constituído das receitas oriundas dos repasses do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e das receitas próprias do município.

Verifica-se que as despesas de custeio no âmbito do FMAS registram a maior proporção. Todavia, tem se mantido equilibradas. Entre 2012 e 2017, essas despesas registraram queda na ordem de 13,67%. O gasto com pessoal, por sua vez, registrou crescimento na ordem de 58,8%, entre 2017 e 2018.

Gráfico 23. Evolução das Despesas da Assistência Social – FMAS (Em R\$ 1,00 milhão).



No grupo das despesas correntes (Pessoal e Custeio), os elementos com maior proporção foram os vencimentos e vantagens (25,72%), seguido dos serviços de pessoa jurídica (19,41%); Contratação por tempo determinado (18,03%); material de consumo (10,96%) (Ver Tabela 20).

Os vencimentos e vantagens foram compostos pelos vencimentos dos servidores efetivos (50%); vencimentos dos servidores comissionados (44%) e subsídio do secretário (6%) (Gráfico 24).

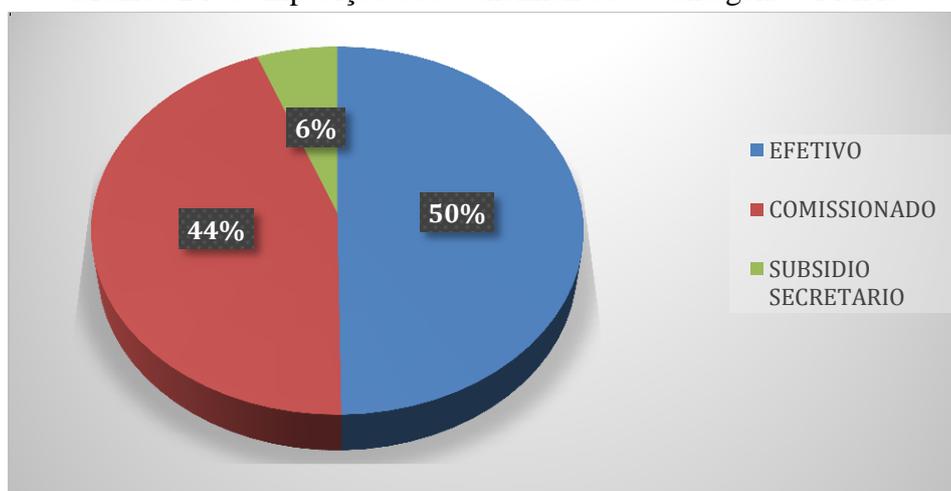
A maior parte dos serviços de pessoa jurídica é com a locação de máquinas e equipamentos (52,32%), ou seja, com locação de veículos, tendas, banheiros químicos e similares. A locação de imóveis responde por 12,81%; programa de estágio, 7,48%; serviços gráficos, 5,14%, dentre outros, conforme especificado na Tabela 21.

As despesas com serviços de pessoa física foram constituídos pelos serviços de locação de imóveis (62,35%); credenciamento de serviços técnicos (33,05%), dentre outros conforme se verifica por meio da Tabela 22.

Tabela 20. Composição das Despesas Corrente do FMAS.

GRUPO	NATUREZA	TOTAL ANUAL	DESP/GRUP	DESP./TOTAL
PESSOAL	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00%	0,00%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	74.440,95	2,08%	1,16%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	96.859,62	2,71%	1,50%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	170.296,50	4,77%	2,65%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	412.278,99	11,55%	6,40%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	1.160.564,75	32,50%	18,03%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.656.046,48	46,38%	25,72%
	TOTAL DESP. PESSOAL	3.570.487,29	100,00%	55,46%
CUSTEIO	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00%	0,00%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.000,00	0,80%	0,36%
	OUTROS SERVI.TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	438.782,26	15,30%	6,82%
	OUTROS	450.265,19	15,70%	6,99%
	MATERIAL DE CONSUMO	705.741,03	24,61%	10,96%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	1.249.365,36	43,58%	19,41%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	2.867.153,84	100,00%	44,54%
TOTAL GERAL		6.437.641,13	-	100,00%

Gráfico 24. Composição dos Vencimentos e Vantagens – FMAS.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data.

Tabela 21. Composição das Despesas com Serviços de Pessoa Jurídica – FMAS.

SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA	Em R\$	Em %
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	653.637,00	52,32%
LOCACAO DE IMOVEIS	160.000,00	12,81%
SERV. APOIO ADMIN. TECNICO E OPERACIONAL	93.466,69	7,48%
SERVICOS GRAFICOS	64.223,70	5,14%
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	49.286,89	3,94%
SERVICOS FUNERARIOS	47.840,00	3,83%
ERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	41.056,26	3,29%
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	38.374,27	3,07%
LOCACAO DE SOFTWARES	36.534,50	2,92%
MANUT. CONSERVA. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	24.871,00	1,99%
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	15.599,33	1,25%
DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO	7.884,00	0,63%
HOSPEDAGENS	5.173,12	0,41%
SERVICOS BANCARIOS	4.678,60	0,37%
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	3.540,00	0,28%
OUTROS	1.800,00	0,14%
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	1.400,00	0,11%

Tabela 22. Composição das Despesas com Serviços de Pessoa Física – FMAS

PESSOA FÍSICA	Em R\$	Em %
LOCACAO DE IMOVEIS	273.600,00	62,35%
SERVICOS TECNICOS	145.000,00	33,05%
OUTROS	17.065,26	3,89%
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	3.117,00	0,71%
TOTAL GERAL	438.782,26	100,00%

A maior parte das despesas com material de consumo foi com combustíveis e lubrificantes (24,1%), material de expediente (22,4%), gêneros de alimentação (17,0%) e materiais para processamento de dados (9,6%), conforme pode ser verificado por meio da Tabela 23.

Tabela 23. Composição das Despesas com Material de Consumo – FMAS.

Material de Consumo	Em R\$	Em %
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	170.087,28	24,1%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	157.899,65	22,4%
OUTROS	124.076,30	17,6%
GENEROS DE ALIMENTACAO	120.177,66	17,0%
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	67.550,00	9,6%
MAT. DE LIMP. E PRODUCAO DE HIGIENIZACAO	33.994,38	4,8%
GAS ENGARRAFADO	17.595,00	2,5%
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS	11.408,40	1,6%
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	2.952,36	0,4%

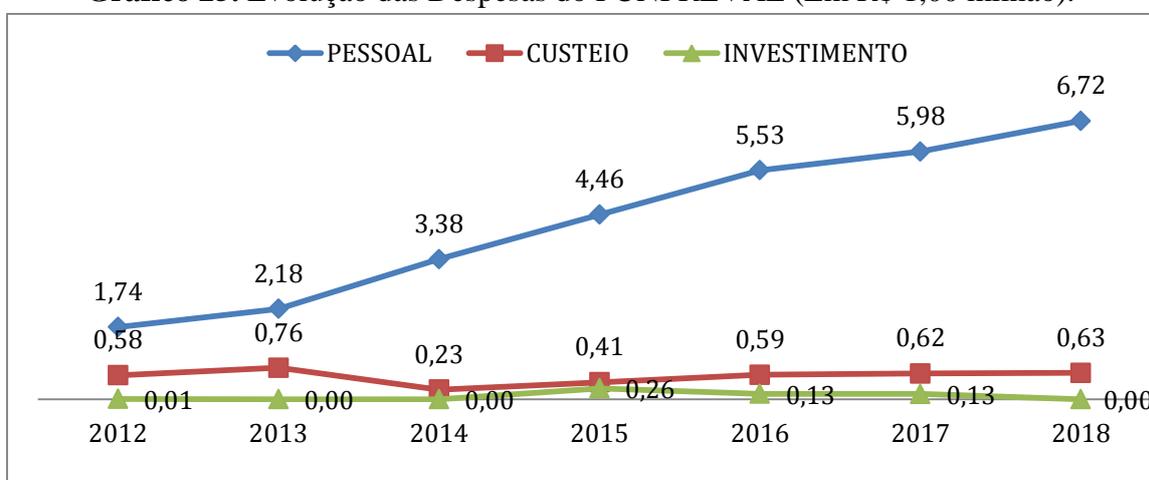
4.6. Despesas do Funpreval

O FUNPREVAL constitui o Regime Próprio de Previdência do município de Águas Lindas. Em virtude do rigor nos repasses efetuados pelo Poder Executivo e em razão dos recebimentos de dívidas, a receita do fundo passou de R\$ 14 mi, em 2013, para mais de R\$ 100 milhões em 2018.

Entre 2012 e 2018 os gastos com pessoal (aposentadorias, reformas, pensões e demais benefícios assistenciais) cresceram 286%, a uma média anual de 26% ao ano. Entre 2017 e 2018, no entanto, o crescimento foi de 12%

Do total das despesas correntes do FUNPREVAL em 2017, 53,38% foram com aposentadorias e reformas, seguidas de outros benefícios assistenciais ao servidor (11,94%) e pensões (15,16%).

Gráfico 25. Evolução das Despesas do FUNPREVAL (Em R\$ 1,00 milhão).²



² Os lançamentos contábeis referente as despesas de dezembro até a data de 08/01/2018 não havia sido lançadas. Dessa forma, para os valores referentes ao gasto com pessoal do mês de dezembro foram replicados os valores de novembro.

Tabela 14. Composição das Despesas Correntes do FUNPREVAL³.

GRUPO	NATUREZA	TOTAL ANUAL	DESP/ GRUP	DESP./ TOTAL
PESSOAL	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	18.056,03	0,27%	0,25%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS- PESSOAL CIVIL	72.895,40	1,08%	0,99%
	OUTRAS DESPESAS VARIÁV. - PESSOAL CIVIL	147.437,50	2,19%	2,00%
	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	556.685,58	8,28%	7,57%
	OUTROS	6.038,07	0,09%	0,08%
	PENSÕES	1.114.933,22	16,59%	15,16%
	OUTROS BENEF ASSISTENCIAIS SERVIDOR	878.244,84	13,07%	11,94%
	APOSENTADORIAS E REFORMAS	3.926.254,95	58,42%	53,38%
	TOTAL DESP. PESSOAL	6.720.545,59	100,00%	91,37%
CUSTEIO	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	435,14	0,07%	0,01%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	4.197,67	0,66%	0,06%
	MATERIAL DE CONSUMO	25.753,83	4,06%	0,35%
	OUTROS SERVI.TERCEIROS-PESOA FÍSICA	123.981,00	19,54%	1,69%
	OUTROS	182.725,26	28,80%	2,48%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	297.392,74	46,87%	4,04%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	634.485,64	100,00%	8,63%
TOTAL GERAL		7.355.031,23	-	100,00%

³ Os lançamentos contábeis referentes as despesas de dezembro de 2017, até a data do dia 08/01/2018 não havia sido lançadas. Dessa forma, essa tabela traz apenas os valores com os valores de jan-nov/2017.

5. ESTIMATIVA DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE E GASTO COM PESSOAL

Considerando os lançamentos contábeis realizados até a presente data (08/01/2017), visto que os lançamentos referentes ao mês de dezembro não foram concluídos, a estimativa dos índices de aplicação deverão ser atualizados assim que as informações estiverem consolidadas.

Em relação a aplicação com saúde e educação, a Constituição define o percentual de 15% e 25%, respectivamente, para o gasto mínimo com essas funções, a partir dos recursos próprios do município.

No que se refere à aplicação com **despesas da saúde**, no período de janeiro a dezembro, verificou-se a aplicação de **18,26%**, se considerado as liquidações, ou **17,92%** considerando apenas as despesas efetivamente pagas. As despesas em aberto, ou seja, liquidadas a pagar, somam, na saúde em torno de R\$ 412 mil. Além dessas, o RAP não processado somou mais R\$ 1.340.472,70, caso considerado na aplicação de 2018 chegaria a 19,35%.

Considerando as despesas da educação, constatou-se que o **gasto com educação** alcançou **27,45%**, se considerar as liquidações efetuadas, ou **27,28%** considerando apenas as despesas efetivamente pagas.

A Receita Corrente Líquida estimada de 2018 é de R\$ 247.558.655,29. O gasto do Poder Executivo com pessoal, considerado para fins de apuração do índice, foi de R\$ 142.534.056,91. Assim, o percentual estimado é de 57,58%.

É importante destacar que todos os valores informados nesse relatório são preliminares, visto que os lançamentos contábeis referentes ao mês de dezembro não foram concluídos.

6. CONCLUSÃO

Em termos gerais, o ano de 2018 registrou saldo positivo em relação aos anos anteriores. Após anos de recessão econômica e baixo desempenho no crescimento das receitas, verificou-se uma retomada tímida, mas importante, no crescimento das receitas correntes do município, especialmente a arrecadação local.

Por outro lado, as despesas com pessoal apresentaram crescimento nominal baixo, porém suficiente para manter o índice de gasto com pessoal acima do estabelecido pela LRF; ademais, a contabilização adequada das despesas com auxílio-alimentação e auxílio-transporte foi fundamental para manter o crescimento do gasto com pessoal dentro dos parâmetros esperados e estimados no CDF.

Todavia, ao final, houve redução do índice de gasto com pessoal sobre a RCL. Após anos consecutivos de crescimento desse índice, foi possível registrar queda. Mesmo ficando acima do limite estabelecido na LRF, que é de 54%, a queda no índice de 58,10%, em 2017, para 57,58%, em 2018, é um indicativo importante, visto que em 2016 o gasto com pessoal registrou índice de 62,88% da RCL.

Em relação ao CDF, verificou-se que a execução acompanhou de perto os valores estabelecidos, principalmente o gasto com pessoal e custeio de modo geral. Todavia, algumas secretarias gastaram mais que os valores estabelecidos inicialmente, principalmente a Saúde e a Educação.

Contudo, em 2019 é preciso atenção redobrada, considerando sobretudo trata-se do penúltimo ano do mandato. Assim, restos a pagar sem disponibilidade de caixa é um dos itens de maior preocupação, ante o que estabelece o Artigo 42 da LRF.